

MONTEIRO ARANHA S.A

Companhia Aberta
CNPJ 33.102.476/0001-92
NIRE Nº 33300108611

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2018

A Administração da Companhia, em atendimento ao disposto no artigo 133 da Lei das S.A., das normas da ICVM 481/09 e das normas da Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada (“ICVM 480/09”), coloca à disposição dos Senhores Acionistas, os seguintes documentos:

- (i) Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo em 31 de dezembro de 2017;
- (ii) Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017;
- (iii) Parecer dos auditores independentes;
- (iv) Declaração dos diretores de que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras e opiniões expressas no parecer dos auditores independentes;
- (v) Proposta da Administração; e
- (vi) Boletim de voto a distância

Os documentos acima relacionados foram apresentados à CVM e encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia e no seu site (www.monteiroaranha.com.br), no site da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) (www.cvm.gov.br) e no site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Esses documentos são necessários para a adequada informação sobre as matérias constantes da ordem do dia, abaixo discriminadas, relativa à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada às 9h00 (horário de Brasília), no dia 27 de abril de 2018, na sede da Companhia (“Assembleia Ordinária”):

- (i) Examinar e deliberar sobre as contas dos administradores, o relatório da administração, e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 acompanhadas do parecer dos auditores independentes e da manifestação do Conselho de Administração;
- (ii) Deliberar sobre a proposta de orçamento de capital;
- (iii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017;
- (iv) Fixar o número e eleger os membros do Conselho de Administração e seus respectivos suplentes; e
- (v) Fixar a remuneração global anual dos administradores.

A Companhia, atendendo as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em especial a Instrução de nº 481/09, e alterações, possibilitará o exercício do

voto a distância na Assembleia Geral Ordinária. O acionista que optar por exercer seu direito de voto a distância poderá: (i) preencher o Boletim de Voto e enviá-lo diretamente à Companhia ou (ii) transmitir as instruções de voto ao escriturador ou ao agente de custódia.

Informações Gerais para participação na Assembleia Geral:

Para participar da assembleia geral, os acionistas deverão apresentar os seguintes documentos:

Acionistas Pessoas Físicas: documento de identificação com foto (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), Passaporte, Carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e Carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública); extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia emitido em até 3 (três) dias antes da Assembleia;

Acionistas Pessoas Jurídicas: cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação; ou (ii) assinar procuração para que terceiro represente a acionista pessoa jurídica; documento de identificação do(s) representante(s) legal (is) com foto; extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia emitido em até 3 (três) dias antes da Assembleia;

Fundos de Investimentos: a representação dos cotistas na Assembleia Geral caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo a respeito de quem é titular de poderes para exercício do direito de voto das ações e ativos na carteira do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia simples do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente, (i) ato societário de eleição do administrador ou do gestor que comparecer à assembleia geral como representante do cotista, (ii) documento de identificação do(s) representante(s) legal (is) com foto; (iii) extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia emitido em até 3 (três) dias antes da Assembleia;

Acionistas Estrangeiros: se pessoa física será necessária a apresentação da mesma documentação requerida para os acionistas pessoas físicas e se pessoa jurídica será necessária a apresentação da mesma documentação requerida para os acionistas pessoas jurídicas ressalvado que os documentos societários da pessoa jurídica e a procuração deverão ser notariados e consularizados e traduzidos na forma juramentada.

Acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas: além dos documentos indicados para as pessoas físicas ou jurídicas conforme relacionado acima, será necessário a apresentação do extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente em até 3 (três) dias antes da Assembleia.

Acionistas representados por procuração: além dos documentos indicados para as pessoas físicas ou jurídicas conforme relacionado acima, procuração com firma reconhecida, a qual deverá ter sido outorgada há menos de 1 (um) ano nos termos do artigo 126, § 1.º da Lei das S.A.; documento de identificação do procurador com foto. A documentação societária deverá comprovar os poderes do(s) representante(s) legal(is)

que outorgar(am) a procuração em nome da pessoa jurídica; adicionalmente, em cumprimento ao disposto no artigo 654, § 1.º e § 2.º do Código Civil, a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos.

Para fins de melhor organização da Assembleia Geral, a Companhia solicita aos Senhores Acionistas que depositem os documentos necessários para participação na Assembleia Geral, com no mínimo 02 (dois) dias de antecedência, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2018.

Olavo Egydio Monteiro de Carvalho
Presidente do Conselho de Administração

Senhores acionistas,

A Administração da Monteiro Aranha S.A (“Companhia” ou “MASA”) vem apresentar aos Senhores Acionistas e ao mercado em geral, as propostas que serão objeto de deliberação em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 27 de abril de 2018 às 9h00 (horário de Brasília) na sede da Companhia (“Assembleia Ordinária”):

Ordem do Dia:

i. Examinar e deliberar sobre as contas dos administradores, o relatório da administração, e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 acompanhadas do parecer dos auditores independentes e da manifestação do Conselho de Administração.

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhados do parecer dos Auditores Independentes e da manifestação do Conselho de Administração, em reunião realizada em 26 de março de 2018, estão disponibilizados no site da Companhia (www.monteiroaranha.com.br), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

A Companhia apresenta abaixo os comentários dos diretores conforme a Instrução da CVM de nº 481/09.

ANEXO I - COMENTÁRIOS DOS DIRETORES (Item 10 da Instrução CVM 481/2009)

10.1 - Os diretores devem comentar sobre:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores acreditam que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para cumprir com suas obrigações de curto, médio e longo prazo.

Em 2017, a Companhia e suas controladas, conforme demonstrações financeiras consolidadas tinham um saldo de caixa e aplicações financeiras no valor de R\$ 493 milhões e saldo de contas a receber de curto prazo no valor de R\$ 19 milhões. Além disso, os Diretores da Companhia entendem que a capacidade de geração de caixa da Companhia e de suas controladas, controladas em conjunto e coligadas podem proporcionar recursos adicionais para cobrir os compromissos financeiros assumidos pela Companhia. O passivo circulante da Companhia em 31 de dezembro 2017 era de R\$ 160 milhões, composto, majoritariamente, por obrigações com operações financeiras (R\$ 141 milhões), fornecedores habituais (R\$ 3 milhões) e financiamentos (R\$ 12 milhões). O passivo não circulante era de R\$ 146 milhões composto majoritariamente por tributos diferidos (R\$ 94 milhões) e financiamentos (R\$ 51 milhões). O capital próprio da Companhia e de suas controladas, representado pelo patrimônio líquido consolidado era de R\$1.322 milhões.

Comparativo entre o ano base 2017 e o ano base 2016

Em 2017, a Companhia apresentou um patrimônio líquido de R\$1.322 milhões (R\$ 1.304 milhões em 2016), uma variação positiva de R\$18 milhões, explicada por um aumento nos ativos de 63 milhões parcialmente compensado por um aumento no passivo de R\$ 45 milhões.

Ao final do exercício de 2017, a Companhia e suas controladas, conforme demonstrações financeiras consolidadas, tinham um saldo de caixa e aplicações financeiras no valor de R\$ 493 milhões e saldo de contas a receber de curto prazo de R\$ 19 milhões. Em 2016, esse valor era de R\$ 403 milhões e R\$ 34 milhões respectivamente. O passivo circulante da Companhia em 31 de dezembro 2017 era de R\$ 160 milhões contra R\$ 120 milhões em 31 de dezembro de 2016, composto, principalmente, por obrigações com operações financeiras (R\$ 141 milhões), fornecedores habituais (R\$ 3 milhões) e financiamentos (R\$ 12 milhões). O passivo não circulante em 31 de dezembro 2017 era de R\$ 146 milhões contra R\$ 142 milhões em 31 de dezembro de 2016, composto, principalmente, por tributos diferidos (R\$ 94 milhões) e financiamentos (R\$ 51 milhões). O lucro líquido consolidado da Companhia passou de R\$ 212 milhões em 2016 para R\$ 144 milhões em 2017, correspondente a um decréscimo de 32%, explicado principalmente pelo menor resultado de equivalência patrimonial, devido à menor contribuição da coligada Klabin S.A. e por outras despesas operacionais maiores causadas pela redução do valor realizável do ativo imobiliário “Torre 1º de Março”, que impactou o resultado da controlada Monteiro Aranha Participações Imobiliários S.A.

Comparativo entre o ano base 2016 e o ano base 2015

Em 2016, a Companhia apresentou um patrimônio líquido de R\$1.304 milhões (R\$ 1.188 milhões 2015), uma variação positiva de R\$ 116 milhões, explicada por um aumento no nos ativos de R\$ 131 milhões parcialmente compensado por um aumento no passivo de R\$ 15 milhões.

Ao final do exercício de 2016, a Companhia e suas controladas, conforme demonstrações financeiras consolidadas, tinham um saldo de caixa e aplicações financeiras no valor de R\$ 403 milhões e saldo de contas a receber de curto prazo de R\$ 34 milhões. Em 2015, esse valor era de R\$ 457 milhões e R\$ 19 milhões respectivamente. O passivo circulante da Companhia em 31 de dezembro 2016 era de R\$ 120 milhões contra R\$ 111 milhões em 31 de dezembro de 2015, composto, principalmente, por obrigações com operações financeiras (R\$ 111 milhões), fornecedores habituais (R\$ 4 milhões) e dividendos declarados e não pagos (R\$ 2 milhões). O passivo não circulante em 31 de dezembro 2016 era de R\$ 142 milhões contra R\$ 136 milhões em 31 de dezembro de 2015, composto, principalmente, tributos diferidos (R\$ 92 milhões), financiamentos (R\$ 45 milhões) e adiantamentos de clientes (R\$ 4 milhões). O lucro líquido consolidado da Companhia passou de R\$ 96 milhões em 2015 para R\$ 212 milhões em 2016, correspondente a um acréscimo de 120%, explicado principalmente pelo maior resultado de equivalência patrimonial da Klabin S.A. e da Ultrapar Participações S.A.

Comparativo entre o ano base 2015 e o ano base 2014

Em 2015, a Companhia apresentou um patrimônio líquido de R\$ 1.188 milhões (R\$ 1.289 milhões 2014), uma variação negativa de R\$ 101 milhões, explicada por um aumento no passivo de R\$ 164 milhões parcialmente compensado por um aumento nos ativos de R\$ 63 milhões.

Ao final do exercício de 2015, a Companhia e suas controladas, conforme demonstrações financeiras consolidadas, tinham um saldo de caixa e aplicações financeiras no valor de R\$ 457 milhões e saldo de contas a receber de curto prazo de R\$ 19 milhões. Em 2014, esse valor era de R\$ 293 milhões e R\$ 12 milhões respectivamente. O passivo circulante da Companhia em 31 de dezembro 2015 era de R\$ 111 milhões contra R\$ 7 milhões em 31 de dezembro de 2014, composto, principalmente, por obrigações com operações financeiras (R\$ 57 milhões), Juros Sobre Capital Próprio declarados e não pagos (R\$ 40 milhões) e impostos a pagar (R\$ 9 milhões). O passivo não circulante em 31 de dezembro 2015 era de R\$ 136 milhões contra R\$ 76 milhões em 31 de dezembro de 2014, composto, principalmente, tributos diferidos (R\$ 111 milhões), financiamentos (R\$ 21 milhões) e adiantamentos de clientes (R\$ 4 milhões). O lucro líquido consolidado da Companhia passou de R\$ 184 milhões em 2014 para R\$ 96 milhões em 2015, correspondente a um decréscimo de 48%, explicado principalmente pelo menor resultado de equivalência patrimonial da Klabin S.A.

b) estrutura de capital

A Diretoria considera que a estrutura de capital da Companhia, em 31 de dezembro de 2017, era adequada para suprir as suas necessidades. De acordo com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, o capital próprio da Companhia e de suas controladas, representado pelo patrimônio líquido consolidado, era de R\$ 1.322 milhões. Por sua vez, o endividamento bruto era de R\$ 63 milhões e o caixa e aplicações financeiras eram de R\$ 493 milhões, conseqüentemente o endividamento líquido era negativo em R\$ 430 milhões.

A tabela abaixo, extraída das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, oferece a composição completa do capital próprio e de terceiros da Companhia:

	R\$ milhões		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Capital de terceiros curto prazo	12	0	0
Capital de terceiros longo prazo	51	45	21
Total do capital de terceiros	63	45	21
Total do capital próprio	1.322	1.304	1.188
Tota do patrimônio líquido	1.322	1.304	1.188

Endividamento

Em dezembro de 2017, o endividamento de R\$ 63 milhões refere-se ao empréstimo contraído pela controlada da Companhia, Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A., destinado ao financiamento da construção do empreendimento “Torre 1º. de Março”.

Em dezembro de 2016, o endividamento de R\$ 45 milhões refere-se ao empréstimo contraído pela controlada da Companhia, Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A., destinado ao financiamento da construção do empreendimento “Torre 1º. de Março”.

Em dezembro de 2015, o endividamento de R\$ 21 milhões refere-se ao empréstimo contraído pela controlada da Companhia, Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A., destinado ao financiamento da construção do empreendimento “Torre 1º. de Março”.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia e suas controladas não apresentaram endividamento financeiro líquido ao final dos últimos três exercícios de 2017, 2016 e 2015, uma vez que os saldos de caixa, de equivalentes de caixa, e de títulos e valores mobiliários foram superiores aos financiamentos e empréstimos contraídos, conforme exposto acima, e, portanto, os diretores acreditam não haver maiores riscos em relação à capacidade de pagamento da Companhia em relação aos compromissos financeiros assumidos. Além disso, os diretores da Companhia entendem que a capacidade de geração de caixa da Companhia e de suas controladas, controladas em conjunto e coligadas podem proporcionar recursos suficientes para cobrir os compromissos financeiros assumidos pela Companhia.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Nos últimos três exercícios sociais, a principal fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos da Companhia foi a sua própria disponibilidade de recursos financeiros e geração de caixa de seus investimentos através da distribuição de proventos e outros rendimentos.

No exercício social de 2015, a controlada Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A. contratou empréstimo destinado exclusivamente ao financiamento da construção do empreendimento “Torre 1º de Março”, no valor total de principal de R\$ 61 milhões, dos quais foram empregados R\$ 16 milhões no ano de 2017, R\$ 24 milhões no ano de 2016 e R\$ 21 milhões no ano de 2015. No decorrer dos exercícios sociais de 2017 e 2016, a Companhia não contratou novos financiamentos.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Em função de sua disponibilidade de caixa e de aplicações financeiras e da geração de caixa decorrente de seus investimentos os diretores acreditam que a Companhia não apresenta deficiências de liquidez. Contudo, a Administração entende que poderá, eventualmente, acessar o mercado de capitais através da obtenção de linhas de financiamento com instituições financeiras para capital de giro ou investimento, com

taxas compatíveis com o mercado, tais como linhas de créditos de bancos, emissão de títulos no exterior, emissão de debêntures e cédulas de crédito bancário, entre outros, levando em consideração que a Companhia tem a possibilidade de oferecer garantias reais baseadas nos seus ativos existentes em 31 de dezembro de 2017.

f) níveis de endividamento e características das dívidas, descrevendo ainda:

Conforme os resultados consolidados da Companhia nos últimos três exercícios sociais, os Diretores entendem que a Companhia possui uma adequada estrutura de endividamento, que permite uma confortável situação de caixa para realização de suas atividades.

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes:

O único contrato de empréstimo e financiamento relevante reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia é o “Instrumento Particular de Abertura de Crédito com Garantia Hipotecária e Outras Avenças”, no valor total de principal de R\$ 61 milhões para financiamento da construção do empreendimento “Torre 1º de Março”. Do valor contratado, foram utilizados R\$ 16 milhões no ano de 2017, R\$ 21 milhões no ano de 2015 e R\$ 24 milhões no ano de 2016. O vencimento do empréstimo ocorrerá em até 60 meses a partir de janeiro de 2018.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras:

Em 2017, Companhia se comprometeu a realizar aportes de até R\$ 46,2 milhões ao longo de cinco anos em Fundos de Investimento em Participações (FIPs) dedicados ao desenvolvimento de projetos de transmissão de energia elétrica. Junto ao compromisso assumido em 2016, o valor total comprometido por Companhia passou a ser de R\$ 56,2 milhões. Até o final do exercício de 2017, a Companhia havia integralizado R\$ 7,1 milhões nestes fundos.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas:

Não há grau de subordinação contratual entre dívidas. As obrigações da Companhia registradas no passivo exigível dos balanços patrimoniais que integram as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, correspondentes aos três últimos exercícios sociais, deverão seguir a ordem de preferência prevista no artigo 83 da Lei n.º 11.101/2005 em caso de concurso de credores, qual seja: créditos trabalhistas, créditos com garantia real, créditos tributários, créditos com privilégio especial, créditos com privilégio geral, créditos quirografários, multas e créditos subordinados.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições:

Não existem restrições impostas à Companhia em decorrência das dívidas contraídas pela Companhia, inclusive em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

g) limites dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Conforme descrito acima, o único financiamento contratado pela Companhia é o “Instrumento Particular de Abertura de Crédito com Garantia Hipotecária e Outras Avenças”. O limite contratado, em 31 de dezembro 2017, é de R\$ 61 milhões e destina-se ao financiamento da construção do empreendimento “Torre 1º. de Março”. Do valor contratado, foram utilizados 100%, sendo R\$ 16 milhões no ano de 2017 (26%), R\$ 21 milhões no ano de 2015 (34%) e R\$ 24 milhões no ano de 2016 (39%). O vencimento do empréstimo ocorrerá em até 60 meses a partir de janeiro de 2018.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Resumo das Demonstrações Financeiras Consolidadas

Os quadros abaixo representam as demonstrações do resultado e os balanços patrimoniais e da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

(Em milhares de reais)

	Consolidado						VARIACIONES - AH	
	31/12/2017	AV	31/12/2016	AV	31/12/2015	AV	31/12/2017 e 31/12/2016	31/12/2016 e 31/12/2015
RECEITAS OPERACIONAIS								
Resultado de equivalência patrimonial	110.835	98%	257.340	99%	(16.840)	130%	-57%	n/a
Outras receitas	1.966	2%	3.553	1%	3.893	-30%	-45%	-9%
	<u>112.801</u>	<u>100%</u>	<u>260.893</u>	<u>100%</u>	<u>(12.947)</u>	<u>100%</u>	-57%	n/a
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS								
Gerais e administrativas	(41.484)	-37%	(45.484)	-17%	(51.113)	395%	-9%	-11%
Outras receitas operacionais, líquidas	27.375	24%	91.415	35%	41.176	-318%	-70%	122%
	<u>(14.109)</u>	<u>-13%</u>	<u>45.931</u>		<u>(9.937)</u>	<u>77%</u>	n/a	n/a
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO								
	<u>98.692</u>	<u>87%</u>	<u>306.824</u>	<u>118%</u>	<u>(22.884)</u>	<u>177%</u>	-68%	n/a
RESULTADO FINANCEIRO								
Receitas financeiras	101.981	90%	145.796	56%	210.466	-1626%	-30%	-31%
Despesas financeiras	(54.329)	-48%	(256.093)	-98%	(62.544)	483%	-79%	309%
	<u>47.652</u>	<u>42%</u>	<u>(110.297)</u>	<u>-42%</u>	<u>147.922</u>	<u>-1143%</u>	n/a	n/a
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL								
	<u>146.344</u>	<u>130%</u>	<u>196.527</u>	<u>75%</u>	<u>125.038</u>	<u>-966%</u>	-26%	57%
IMPOSTO DE RENDA E CSLL								
IRPJ e CSLL corrente	(730)	-1%	(470)		(797)			
IRPJ e CSLL diferido	(1.903)	-2%	16.318	6%	(27.760)	214%	n/a	n/a
	<u>(2.633)</u>	<u>-2%</u>	<u>15.848</u>	<u>6%</u>	<u>(28.557)</u>	<u>221%</u>	n/a	n/a
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO								
	<u>143.711</u>	<u>127%</u>	<u>212.375</u>	<u>81%</u>	<u>96.481</u>	<u>-745%</u>	-32%	120%
Participação de minoritários	(2.526)	-2%	(1.185)	0%	(502)	4%	113%	136%
	<u>141.185</u>	<u>125%</u>	<u>211.190</u>	<u>81%</u>	<u>95.979</u>	<u>-741%</u>	-33%	120%

AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal

BALANÇO PATRIMONIAL

(Em milhares de reais)

	Consolidado						VARIACÕES - AH	
	31/12/2017		31/12/2016		31/12/2015		31/12/2017 e	31/12/2016 e
	AV		AV		AV		31/12/2015	
ATIVO CIRCULANTE								
Caixa e equivalentes de caixa	81.061	5%	33.384	2%	3.638	0%	143%	818%
Títulos e valores mobiliários	411.688	25%	370.077	24%	452.993	32%	11%	-18%
Créditos com Operações Financeiras	372	0%	1.607	0%	4.734	0%	-77%	-66%
Juros sobre Debêntures	10.917	1%	10.892	1%	6.400	0%	0%	70%
Dividendos a receber	15.345	1%	28.245	2%	12.650	1%	-46%	123%
Contas a receber	3.651	0%	4.275	0%	1.957	0%	-15%	118%
Impostos a recuperar	6.683	0%	5.417	0%	7.720	1%	23%	-30%
Outros	2.306	0%	1.245	0%	1.307	0%	85%	-5%
Total do ativo circulante	532.023	33%	455.142	29%	491.399	34%	17%	-7%
ATIVO NÃO CIRCULANTE								
Realizável a longo prazo:								
Partes relacionadas	2.538	0%	18.863	1%	432	0%	-87%	4266%
Estoque de imóveis a comercializar	99.914	6%	118.360	8%	71.124	5%	-16%	66%
Juros sobre Debêntures	-	0%	7.784	0%	23.291	2%	n/a	-67%
Outros	3.866	0%	1.450	0%	1.448	0%	167%	0%
Investimentos em controladas e coligadas	939.326	58%	914.388	58%	795.275	55%	3%	15%
Propriedade para investimentos	49.438	3%	29.298	2%	30.870	2%	69%	-5%
Outros investimentos	183	0%	183	0%	132	0%	0%	39%
Imobilizado	1.311	0%	20.302	1%	20.599	1%	-94%	-1%
Intangível	92	0%	131	0%	169	0%	-30%	-22%
Total do ativo não circulante	1.096.668	67%	1.110.759	71%	943.340	66%	-1%	18%
TOTAL DO ATIVO	1.628.691	100%	1.565.901	100%	1.434.739	100%	4%	9%
	62.790							
PASSIVO CIRCULANTE								
Salários e encargos sociais	1.432	0%	1.168	0%	1.331	0%	23%	-12%
Impostos e taxas a recolher	1.335	0%	981	0%	9.054	1%	36%	-89%
Dividendos e JCP a pagar	99	0%	1.537	0%	40.185	3%	-94%	-96%
Provisão para perda de investimentos	120	0%	117	0%	158	0%	3%	-26%
Fornecedores	3.340	0%	3.885	0%	1.375	0%	-14%	183%
Obrigações com Operações Financeiras	141.424	9%	110.739	7%	57.146	4%	28%	94%
Obrigações fundos exclusivos	843	0%	1.176	0%	1.594	0%	-28%	-26%
Contas a pagar aquisição de imóveis	-	0%	-	0%	85	0%	n/a	n/a
Empréstimo e Financiamentos	11.504	1%	-	0%	-	0%	n/a	n/a
Total do passivo circulante	160.097	10%	119.603	8%	110.928	8%	34%	8%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE								
Partes relacionadas	31	0%	31	0%	31	0%	0%	0%
Tributo diferido	94.106	6%	92.075	6%	110.520	8%	2%	-17%
Adiantamentos de clientes	-	0%	4.050	0%	4.050	0%	n/a	0%
Empréstimo e Financiamentos	51.245	3%	44.568	3%	20.631	1%	15%	116%
Outros	1.084	0%	1.384	0%	580	0%	-22%	139%
Total do passivo não circulante	146.466	9%	142.108	9%	135.812	9%	3%	5%
	306.563		261.711		246.740		14.971	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Capital social	716.838	44%	716.838	46%	716.838	50%	0%	0%
Reservas de lucros	610.841	38%	604.225	39%	481.542	34%	1%	25%
Ajustes de avaliação patrimonial	(6.387)	0%	(17.020)	-1%	(10.632)	-1%	-62%	60%
Tota do patrimônio líquido	1.321.292	81%	1.304.043	83%	1.187.748	83%	1%	10%
Participações de minoritários	836	0%	147	0%	251	0%		
Tota do patrimônio líquido consolidado	1.322.128	81%	1.304.190	83%	1.187.999	83%	1%	10%
Total do passivo e patrimônio líquido	1.628.691	100%	1.565.901	100%	1.434.739	100%	4%	9%

AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal

COMPARAÇÃO DAS ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NAS CONTAS DE RESULTADOS OPERACIONAIS APURADOS NOS EXERCÍCIOS

EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Receitas Operacionais

Resultado de equivalência patrimonial

O resultado positivo de R\$ 111 milhões de equivalência patrimonial apresentado em 2017, representou um decréscimo de R\$ 146 milhões (57%) em relação ao resultado positivo de R\$ 257 milhões em 2016, devido, principalmente à menor contribuição da coligada Klabin S.A. (R\$ 36 milhões em 2017 vs. R\$ 181 milhões em 2016).

Receitas e (Despesas) Operacionais

Gerais e Administrativas

A variação negativa de R\$ 4 milhões (9%) em despesas gerais e administrativas, entre 2017 e 2016, deveu-se principalmente, às menores despesas com implantação da nova sede e reestruturação de pessoal em 2016.

Outras receitas operacionais líquidas

A variação negativa de R\$ 64 milhões (70%) em outras receitas operacionais líquidas, entre 2017 e 2016, deveu-se principalmente, à redução em R\$ 69 milhões do valor realizável do ativo imobiliário “Torre 1º de Março” da controlada Monteiro Aranha Participações Imobiliários S.A., parcialmente compensada pelo maior resultado na alienação de ativos.

Resultado Financeiro Líquido

A variação positiva do resultado financeiro de R\$ 158 milhões, entre 2017 (R\$48 milhões) e 2016 (-R\$110 milhões), se deve principalmente, (i) aos ganhos nas carteiras de ações dos fundos exclusivos da Companhia em função da variação cambial e valorização de ações estrangeiras (via *BDRs – Brazilian Depositary Receipts*), e (ii) por menores perdas nas operações com instrumentos de proteção.

Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

IRPJ e CSSL diferidos

A variação negativa do imposto de renda e contribuição social de R\$ 18 milhões, entre 2017 (-R\$2 milhões) e 2016 (R\$16 milhões), refere-se à provisão dos tributos diferidos, devido, principalmente, à valorização nas carteiras dos fundos exclusivos da Companhia, em 2017.

EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Receitas Operacionais

Resultado de equivalência patrimonial

O resultado positivo de R\$ 257 milhões de equivalência patrimonial, apresentado em 2016, representou um aumento de R\$ 274 milhões em relação ao resultado negativo de R\$ 17 milhões de 2015, devido, principalmente, à equivalência patrimonial positiva da Klabin S.A., no valor de R\$ 181 milhões em 2016, contra uma equivalência patrimonial negativa de R\$ 91 milhões em 2015.

Receitas e (Despesas) Operacionais

Gerais e Administrativas

A variação negativa de R\$ 6 milhões (11%), entre 2016 e 2015, deve-se, principalmente, à menor incidência de PIS e COFINS sobre Receitas Financeiras diferidas em função de perdas nos fundos exclusivos da Companhia em função da variação cambial dos ativos da carteira que tem exposição a moeda estrangeira.

Outras receitas operacionais líquidas

A variação positiva de R\$ 50 milhões (122%), entre 2016 e 2015, se deve, principalmente, ao maior resultado na alienação de ativos.

Resultado Financeiro Líquido

A variação negativa do resultado financeiro de R\$ 258 milhões, entre 2016 (-R\$ 110 milhões) e 2015 (R\$ 148 milhões), refere-se às perdas, principalmente, nas carteiras de ações dos fundos exclusivos da Companhia em função da variação cambial dos ativos da carteira que tem exposição a moeda estrangeira e perdas nas operações com instrumentos de proteção.

Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

IRPJ e CSSL diferidos

A variação positiva do imposto de renda e contribuição social de R\$ 44 milhões, entre 2016 (R\$16 milhões) e 2015 (-R\$28 milhões), refere-se à reversão de provisão dos tributos diferidos, devido, principalmente, à desvalorização nas carteiras dos fundos exclusivos da Companhia, em 2016.

COMPARAÇÃO DAS ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NAS CONTAS PATRIMONIAIS NOS EXERCÍCIOS

EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de Caixa

A variação positiva de R\$ 48 milhões (143%), entre 2017 e 2016, é resultado da maior alocação das disponibilidades em CDB's de bancos em substituição às Compromissadas (debêntures).

Títulos e Valores Mobiliários

A variação positiva de R\$ 42 milhões (11%), entre 2017 e 2016, em títulos e valores mobiliários, entre 2017 e 2016, decorre principalmente da valorização nos fundos exclusivos da Companhia em função majoritariamente da variação cambial e valorização de ações estrangeiras (via *BDRs – Brazilian Depositary Receipts*).

Dividendos a Receber

O saldo refere-se ao provisionamento de dividendos obrigatórios das investidas Ultrapar Participações S.A. (R\$ 14 milhões) e Vista Golf Empreendimento imobiliário (R\$ 2 milhões).

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Partes Relacionadas

A variação negativa de R\$ 16 milhões (87%), entre 2017 e 2016, decorre da integralização do aporte realizado pela Companhia na investida Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. em 2016, a título de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFACs).

Estoques de Imóveis a Comercializar

A variação negativa de R\$ 18 milhões (16%), entre 2017 e 2016, nos estoques decorre, principalmente, da redução em R\$ 69 milhões do valor realizável do ativo imobiliário "Torre 1º de Março", empreendimento desenvolvido pela controlada Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A., parcialmente compensada pelo aumento do estoque em R\$ 50 milhões referente às obras para conclusão do empreendimento em 2017.

Juros sobre Debêntures

A variação negativa de R\$ 8 milhões, entre 2017 (R\$0 milhões) e 2016 (R\$8 milhões), dos juros sobre debentures deve-se a transferência do saldo dos juros sobre as debentures de Klabin S.A. para o ativo circulante, uma vez que o saldo será pago durante exercício de 2018.

Investimentos em Controladas e Coligadas

A variação positiva de R\$ 25 milhões (3%), entre 2017 e 2016, decorre, principalmente, do aumento dos investimentos por equivalência patrimonial: (i) na coligada Klabin S.A., no valor de R\$ 3 milhões, (ii) na coligada Ultrapar Participações S.A., no valor de R\$ 15 milhões e (iii) na Carapa Empreendimento Imobiliário SPE S.A., no valor de R\$ 6 milhões.

Propriedade para Investimento

A variação positiva de R\$ 20 milhões (69%), entre 2017 e 2016, decorre substancialmente da reclassificação do Edifício Monteiro Aranha, antiga sede da Companhia, de Imobilizado para Propriedade para investimento passando a ser avaliado pelo seu valor justo no valor de R\$ 23 milhões.

Imobilizado

A variação negativa, entre 2017 e 2016, de R\$ 19 milhões (94%) decorre principalmente da reclassificação do Edifício Monteiro Aranha, antiga sede da Companhia, de Imobilizado para Propriedade para investimento, no valor de R\$ 18 milhões.

PASSIVO CIRCULANTE

Obrigações com Operações Financeiras

O saldo de R\$ 141 milhões em 2017 contra R\$ 111 milhões em 2016 refere-se à operação BOVA 11 (ETF – *Exchange Traded Fund* - negociado na BM&F BOVESPA) mantida pela Companhia com o objetivo de proteger seus investimentos de cenários político e macroeconômico adversos. A Companhia alugou e vendeu a descoberto 1.900.260 ações de BOVA11 permanecendo esse saldo inalterado ao final dos exercícios de 2017 e 2016.

Empréstimos e Financiamentos

O valor de R\$ 11 milhões refere-se às parcelas do financiamento da construção do empreendimento “Torre 1º de Março” a serem pagas no exercício social de 2018.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Empréstimos e Financiamentos

A variação positiva de R\$ 7 milhões (15%), entre 2017 e 2016, nos empréstimos e financiamentos é resultado da liberação de parcela de empréstimo contratado pela

controlada Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A., destinado ao financiamento da construção do empreendimento “Torre 1º de Março”.

Adiantamentos de clientes

A variação de R\$ 4 milhões refere-se a baixa da permuta referente ao empreendimento “Torre 1º de Março”.

EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de Caixa

A variação positiva de R\$ 30 milhões (818%), entre 2016 e 2015, é resultado da maior alocação das disponibilidades em CDB’s de bancos em substituição às Compromissadas (debêntures).

Títulos e Valores Mobiliários

A variação negativa de R\$ 83 milhões (18%) em ações, entre 2016 e 2015, na conta de títulos e valores mobiliários, decorre principalmente da desvalorização nos fundos exclusivos da Companhia em função majoritariamente da variação cambial.

Juros sobre Debêntures

A variação positiva de R\$ 4 milhões (70%), entre 2016 e 2015, decorre do maior provisionamento dos juros das debêntures da Klabin S.A., de acordo com o cronograma previsto de pagamento.

Dividendos a Receber

A variação positiva de R\$ 16 milhões (123%), entre 2016 e 2015, decorre do maior provisionamento de dividendos declarados das investidas Klabin S.A. (R\$ 12 milhões), Mapisa I S.A. (R\$ 2 milhões) e Ultrapar Participações S.A. (R\$ 1 milhão).

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Partes Relacionadas

A variação positiva de R\$ 18 milhões (4266%), entre 2016 e 2015, decorre do maior nível de aportes realizados pela Companhia nas investidas Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. (R\$ 16 milhões) e Mapisa II Empreendimento

Imobiliário S.A. (R\$ 2 milhões), a título de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFACs).

Estoques de Imóveis a Comercializar

A variação positiva de R\$ 47 milhões (66%), entre 2016 e 2015, nos estoques decorre do desenvolvimento da obra do empreendimento “Torre 1º de Março” desenvolvido por controlada da Companhia, Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A.

Juros sobre Debêntures

A variação negativa de R\$ 15 milhões (67%), entre 2016 e 2015, decorre do menor provisionamento dos juros em reais a receber sobre as debêntures de Klabin S.A., refletindo a variação cambial em 2016.

Investimentos em Controladas e Coligadas

A variação positiva de R\$ 119 milhões (15%), entre 2016 e 2015, decorre principalmente do aumento dos investimentos por equivalência patrimonial: (i) na coligada Klabin S.A., no valor de R\$ 89 milhões, (ii) na coligada Ultrapar Participações S.A., no valor de R\$ 20 milhões, e (iii) pela aquisição da coligada HESA 159 – Investimentos Imobiliários S.A. no valor de R\$ 21 milhões.

PASSIVO CIRCULANTE

Impostos e taxas a recolher

A variação negativa de R\$ 8 milhões (89%), entre 2016 e 2015, decorre do pagamento em 2016 de IRRF incidentes sobre Juros sobre Capital Próprio, declarados ao final de 2015.

Dividendos e JCP a pagar

A variação negativa de R\$ 39 milhões (96%), entre 2016 e 2015, decorre do pagamento em 2016 dos Juros sobre Capital Próprio, declarados no final do exercício de 2015.

Obrigações com Operações Financeiras

O saldo de R\$ 111 milhões refere-se à operação BOVA 11 (ETF – *Exchange Traded Fund* - negociado na BM&F BOVESPA). Em 2015, em um movimento para proteger o portfólio da empresa de cenários político e macroeconômico adversos, a Companhia alugou e vendeu a descoberto 1.330.500 ações de BOVA11. Ao final do exercício de 2016 a posição alugada e vendida a descoberto de BOVA11 era de 1.900.260 ações.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Tributo Diferido

A variação negativa de R\$ 18 milhões (17%), entre 2017 e 2016, refere-se, principalmente, às perdas dos fundos exclusivos da Companhia em função majoritariamente da variação cambial dos ativos da carteira com exposição em moeda estrangeira, acarretando menor provisão de IR e CSLL, bem como a menor incidência de PIS e COFINS sobre receitas financeiras diferidas.

Empréstimos e Financiamentos

A variação positiva de R\$ 24 milhões (116%), entre 2017 e 2016, nos empréstimos e financiamentos é resultado da liberação de parcela de empréstimo contratado pela controlada Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A., destinado ao financiamento da construção do empreendimento “Torre 1º de Março”.

10.2 - Os diretores devem comentar:

a) resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Por ser uma *holding*, o resultado operacional da Companhia é composto, principalmente, (i) pela equivalência patrimonial do resultado de participações societárias; (ii) por outras receitas operacionais; e (iii) de receitas financeiras. Os parágrafos abaixo descrevem em maiores detalhes cada um desses componentes da receita.

Para demonstrar a relevância de tais componentes na receita da Companhia, é importante destacar os dados constantes da tabela abaixo, que demonstram os montantes oriundos de cada um dos componentes acima descritos:

Componente da Receita	2017	2016	2015
Equivalência patrimonial (participações societárias)	R\$ 110.835mil	R\$ 257.340 mil	R\$ -16.840 mil
Outras receitas operacionais	R\$ 103.287mil	R\$ 93.005 mil	R\$ 43.745 mil
Receitas financeiras	R\$ 101.981mil	R\$ 145.796 mil	R\$ 210.466 mil

Receita de equivalência patrimonial

As receitas provenientes de equivalência patrimonial resultam substancialmente da participação detida pela Companhia no capital social de suas coligadas Ultrapar Participações S.A. e Klabin S.A., que assegura o direito da Companhia a receber os lucros provenientes de tais participações. Em 2017 a receita de equivalência patrimonial foi de R\$ 110,8 milhões, sendo que R\$ 36,5 milhões provenientes de Klabin S.A., R\$ 68,7 milhões provenientes de Ultrapar Participações S.A. e R\$ 5,6 milhões de outras investidas. Em 2016 a receita de equivalência patrimonial foi de R\$ 257,3 milhões, sendo que R\$ 181,1 milhões provenientes de Klabin S.A., R\$ 71,3 milhões provenientes de Ultrapar Participações S.A. e R\$ 4,8 de outras investidas. Em 2015 a receita de equivalência patrimonial foi de -R\$ 16,8 milhões, sendo que -R\$ 91,4 milhões provenientes de Klabin S.A., R\$ 68,7 milhões provenientes de Ultrapar Participações S.A. e R\$ 6,1 milhões de outras investidas.

Outras receitas operacionais

Em 2017, 2016 e 2015, as outras receitas operacionais foram de R\$ 103,3 milhões, R\$ 93,0 e R\$ 43,7, respectivamente. As outras receitas operacionais são provenientes substancialmente do resultado da venda de ativos da Companhia bem como de receitas obtidas por meio de aluguel de imóveis e de royalties.

Receitas Financeiras

Em 2017, 2016 e 2015, as receitas financeiras foram de R\$ 102,0 milhões, R\$ 145,8 e R\$ 210,5 milhões, respectivamente. As receitas financeiras da Companhia são provenientes, principalmente, de (i) aplicações em títulos e valores mobiliários, realizadas através de fundos exclusivos da Companhia e fundos não exclusivos; (ii) aplicações financeiras – a exemplo de Debêntures e CDBs, vinculados ao percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI); (iii) aplicações financeiras – a exemplo de LFTs, vinculados ao percentual de taxa Selic; e (iv) operações financeiras – a exemplo de Índice Ibovespa futuro e ETF (BOVA 11).

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Resultados operacionais, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, comparados com o exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

O lucro líquido consolidado da Companhia passou de R\$ 212 milhões em 2016 para R\$ 144 milhões em 2017, correspondente a um decréscimo de 32%, explicado principalmente pelo menor resultado de equivalência patrimonial (R\$ 111 milhões em 2017 vs. R\$ 257 milhões em 2016), devido à menor contribuição da coligada Klabin S.A. (R\$ 36 milhões em 2017 vs. R\$ 181 milhões em 2016) e por outras despesas operacionais maiores (-R\$ 72 milhões em 2017 vs. -R\$ 2 milhões em 2016), causadas pela redução em -R\$ 69 milhões do valor realizável do ativo imobiliário “Torre 1º de Março”, que impactou o resultado da controlada Monteiro Aranha Participações Imobiliários S.A., parcialmente compensados pelo maior resultado financeiro líquido (R\$ 48 milhões em 2017 vs. -R\$ 110 milhões em 2016).

Resultados operacionais, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, comparados com o exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

O lucro líquido consolidado da Companhia passou de R\$ 96 milhões em 2015 para R\$ 212 milhões em 2016, correspondente a um acréscimo de 120%, explicado principalmente pelo maior resultado de equivalência patrimonial (R\$ 257 milhões em 2016 vs. -R\$ 17 milhões em 2015), devido à maior contribuição da coligada Klabin S.A. (R\$ 181 milhões em 2016 vs. -R\$ 91 milhões em 2015) e por maiores outras receitas operacionais (R\$ 90 milhões em 2016 vs. R\$ 41 milhões em 2015), devido principalmente a maior alienação de ativos e por menor provisionamento de IR/CSSL diferido devido ao menor resultado dos fundos de investimentos exclusivos, parcialmente compensado pelo menor resultado financeiro líquido (-R\$ 112 milhões em 2016 vs. R\$ 145 milhões em 2015).

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Por ser uma *holding*, a Companhia depende de resultados positivos de seus investimentos e da distribuição de tais resultados pelas suas sociedades investidas (controladas em conjunto e coligadas), de modo que parcela substancial do resultado operacional da Companhia é composta pelo resultado de participações societárias (equivalência patrimonial). Portanto, qualquer variação das receitas atribuíveis à modificação de preços, taxas de câmbio, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços existentes na Klabin S.A., na Ultrapar Participações S.A. e nas participações imobiliárias e que tenham o potencial de afetar o lucro líquido de tais controladas em conjunto e coligadas, podem causar um efeito material no resultado de equivalência patrimonial da Companhia afetando desta forma a sua receita operacional.

Klabin S.A. e Ultrapar Participações S.A.

Tendo em vista que parcela relevante das receitas auferidas pela Companhia (resultado de equivalência patrimonial) decorre diretamente de sua participação nas coligadas Klabin S.A. e Ultrapar Participações S.A., os impactos das variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços da Klabin S.A. e da Ultrapar Participações S.A. podem ser consultadas nos formulários de referência de tais investidas, os quais estão disponíveis para consulta nas páginas eletrônicas da Klabin S.A. (www.klabin.com.br) e da Ultrapar Participações S.A. (www.ultra.com.br), bem como no website da CVM (<http://www.cvm.gov.br/>).

Participações Imobiliárias

A Companhia também investe no setor imobiliário no Brasil estando sujeita a variação de preço dos seus estoques de imóveis a comercializar. Em 2017, em decorrência da compressão dos valores locatícios observados na Cidade do Rio de Janeiro, a Administração da Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A. (“Novo Rio”) contratou uma avaliação independente para auferir o valor de mercado de seu ativo imobiliário “Torre 1º de Março”. O laudo apontou um valor realizável do ativo imobiliário de R\$ 88 milhões, abaixo do valor contábil de R\$ 157 milhões, resultando em um ajuste negativo no montante de R\$ 69 milhões. O resultado das participações imobiliárias no resultado da Companhia em 2017 foi de -R\$ 68 milhões.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Tendo em vista que, conforme exposto acima, parcela relevante das receitas auferidas pela Companhia decorre diretamente de sua participação societárias em Klabin S.A., Ultrapar Participações S.A. entre outras participações de menor porte, os impactos da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Klabin S.A. e da Ultrapar Participações S.A. podem impactar o resultado de equivalência patrimonial e por consequência a receita operacional da Companhia.

Klabin S.A. e Ultrapar Participações S.A.

Os comentários sobre os impactos da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Klabin S.A. e da Ultrapar Participações S.A. podem ser consultadas nos formulários de referência de tais investidas, os quais estão disponíveis para consulta nas páginas eletrônicas da Klabin S.A. (www.klabin.com.br) e da Ultrapar Participações S.A. (www.ultra.com.br), bem como no website da CVM (<http://www.cvm.gov.br/>).

Resultado Financeiro

Variação no preço de ações e variação cambial – fundos exclusivos e fundos não exclusivos - A Companhia mantém, através de seus fundos exclusivos e não exclusivos, investimentos em ações brasileiras e estrangeiras e ativos com exposição ao dólar. Dessa forma, parcela dos resultados financeiros da Companhia está suscetível à variação nos preços de ações negociadas em bolsa e variação cambial, desse modo, a flutuação dos preços das ações negociadas em bolsa e do dólar afeta o resultado dos fundos exclusivos e não exclusivos que detêm ações brasileiras e estrangeiras e ativos com exposição em dólar, afetando conseqüentemente o resultado financeiro da Companhia.

Variação no preço de ações – Índice Bovespa futuro e BOVA 11 – Com o intuito de proteger parte do seu patrimônio de cenários político e macroeconômico adversos, a Companhia aluga e vende a descoberto ações de BOVA11 e contratos de índice Bovespa futuro. Dessa forma, o resultado financeiro referente a estas operações está suscetível à valorização do Índice Bovespa, afetando negativamente o resultado da Companhia.

Variação cambial – Debêntures de Klabin S.A. - Ainda, a Companhia detém debêntures conversíveis em ações emitidas pela Klabin S.A. cujo valor, para fins de atualização e cálculo de juros, é atrelado ao dólar, o que faz com que parcela dos resultados das debêntures esteja suscetível à variação cambial, afetando conseqüentemente o resultado financeiro da Companhia.

Taxa de Juros – Como a Companhia mantém parte de suas aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e Letras Financeiras do Tesouro (LFT) e fundos de Renda Fixa, a redução da taxa de juros no período afetou negativamente a parcela dos resultados financeiros que está suscetível à variação das taxas de juros. Há também um financiamento atrelado à Taxa Referencial (TR) contraído pela controlada da Companhia, Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A. A variação dos juros referentes a tal financiamento, caso haja, impactam o resultado financeiro da Companhia.

10.3 - Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia não introduziu ou alienou segmentos operacionais que tenham tido efeitos relevantes nas demonstrações financeiras, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

(i) Extinção de controladas e fundo exclusivo

A investida MASA Administradora de Recursos Financeiros Ltda. foi extinta por decisão de seus sócios, conforme instrumento de distrato.

A investida MASA Corretagem de Seguros Ltda. foi extinta por decisão de seus sócios, conforme instrumento de distrato.

A Companhia liquidou e encerrou o Oslo Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, tendo a Companhia assumido a carteira de seus ativos e passivos.

(ii) Klabin S.A.

A Companhia alienou 850.100 Units da Klabin S.A. Tais recursos foram direcionados para investimentos, operações financeiras e caixa da Companhia.

(iii) Ultrapar Participações S.A.

A Companhia alienou 1.374.300 ações ordinárias da investida Ultrapar Participações S.A. Tais recursos foram direcionados para investimentos, operações financeiras e caixa da Companhia.

(iv) Novas participações

A Companhia se comprometeu a realizar aportes de até R\$ 46,2 milhões ao longo de cinco anos em Fundos de Investimento em Participações (FIPs) dedicados ao desenvolvimento de projetos de transmissão de energia elétrica. Junto ao compromisso assumido em 2016, o valor total comprometido pela Companhia passou a ser de R\$ 56,2 milhões. Até o final do exercício de 2017, a Companhia havia integralizado R\$ 7,1 milhões nestes fundos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

(i) Fundos Exclusivos:

O fundo exclusivo Oslo Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado (“Fundo Oslo”) incorporou o Fundo de Investimento em Participações Petra e passou a ser denominado Oslo Fundo de Investimento em Participações. Em 2016, o Fundo Oslo passou a ser denominado Oslo Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. A carteira do Fundo Oslo é composta, majoritariamente, pelo investimento na Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. e em cotas de Fundos de Investimento em Participações (“FIPs”).

(ii) Klabin S.A.

A Companhia alienou 5.858.700 Units da Klabin S.A. Tais recursos foram direcionados para investimentos, operações financeiras e caixa da Companhia.

(iii) Ultrapar Participações S.A.

A Companhia alienou 435.300 ações ordinárias da investida Ultrapar Participações S.A. Tais recursos foram direcionados para investimentos, operações financeiras e caixa da Companhia.

(iv) Novas participações

A Companhia adquiriu, através da sua controlada Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A., 25% do capital social da HESA 159 – Investimentos Imobiliários S.A.. Trata-se de terreno para desenvolvimento de empreendimento misto localizado em São Paulo em parceria com a Helbor.

A Companhia se comprometeu a realizar aportes de até R\$ 10 milhões ao longo de cinco anos em Fundos de Investimento em Participações (FIPs) dedicados ao desenvolvimento de projetos de transmissão de energia elétrica.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

(i) Klabin S.A.

A Companhia alienou 1.393.400 Units da Klabin S.A. Tais recursos foram direcionados para investimentos, operações financeiras e caixa da Companhia.

(ii) Ultrapar Participações S.A.

A Companhia alienou 167.500 ações ordinárias da investida Ultrapar Participações S.A., cujos recursos foram direcionados para investimentos, operações financeiras e caixa da Companhia.

(iii) Novas participações

A Companhia constituiu, através da controlada Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A., a Mapisa II Empreendimento Imobiliário S.A., detendo 52% do capital da investida.

A Companhia constituiu a controlada MASA Administradora de Recursos Financeiros Ltda., detendo 90% do capital da investida.

A Companhia constituiu a controlada MASA Mineração Ltda., detendo 99,99% do capital da investida.

A Companhia adquiriu participação de 90% do capital social da Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda.

c) eventos ou operações não usuais

Exceto conforme mencionado acima, não ocorreram eventos ou operações não usuais durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

10.4 - Os diretores devem comentar:

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2017, 2016 e 2015 que tiveram impactos significativos nas demonstrações financeiras dos exercícios sociais de 2017, 2016 e 2015 da Companhia.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não aplicável, considerando que não houve alterações significativas nas práticas contábeis que ensejaram efeitos significativos nas demonstrações financeiras dos exercícios sociais de 2017, 2016 e 2015 da Companhia.

c) ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve ressalvas e/ou ênfases nos pareceres do auditor independente em relação às demonstrações financeiras dos exercícios sociais de 2017, 2016 e 2015 da Companhia.

10.5 - Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Os Diretores da Companhia destacam que as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram preparadas e apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPC, as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras.

A Companhia entende que os itens abaixo são considerados políticas contábeis críticas, as quais, caso alteradas, podem acarretar uma alteração contábil relevante nas demonstrações financeiras do emissor e que requerem o uso de estimativas e julgamentos subjetivos necessários para auferir os valores apresentados nas demonstrações financeiras.

As premissas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram baseadas em conhecimento e experiência da Administração, de especialistas e de auditores.

Avaliação de influência significativa nas investidas Klabin S.A. e Ultrapar Participações S.A.

No final do exercício social de 2017, a Monteiro Aranha S.A. detinha 6,81% da Klabin S.A. (“Klabin”) e 4,22% da Ultrapar Participações S.A. (“Ultrapar”), percentuais inferiores aos destacados pelo CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e no IAS 28 - Investments in Associates and Joint Ventures como indicadores de influência significativa em uma investida. Por esse motivo a Administração precisa exercer julgamento e buscar outros indicativos para determinar a existência dessa influência significativa nas duas investidas que suporte a consequente aplicação do método de equivalência patrimonial para valorização desses investimentos. A existência de influência significativa por investidor geralmente pode ser evidenciada por uma ou mais das seguintes formas: (a) representação no conselho de Administração ou na diretoria da investida; (b) participação nos processos de elaboração de políticas, inclusive em decisões sobre dividendos e outras distribuições; (c) operações materiais entre o investidor e a investida; (d) intercâmbio de diretores ou gerentes; e (e) fornecimento de informação técnica essencial. O saldo de investimento que a Companhia possui nas duas investidas perfaziam o montante de R\$ 88 milhões que representa cerca de 57% do ativo individual e 55% ativo consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2017. Adicionalmente, durante o ano de 2017 a Companhia registrou o montante de R\$ 105 milhões relativo a receita de equivalência patrimonial advinda do resultado apurado pelas duas investidas, o montante representa cerca de 73% do lucro líquido individual e consolidado da Monteiro Aranha S.A. em 31 de dezembro de 2017.

A avaliação da influência significativa nos investimentos que a Companhia possui na Klabin e Ultrapar foi avaliado como um dos principais assuntos de auditoria considerando a magnitude dos valores envolvidos, o percentual de participação abaixo de 20% que a Companhia possui nas duas investidas e o fato do processo de avaliação da influência significativa nesses casos envolver a avaliação de outros aspectos qualitativos e de julgamento com utilização de informações subjetivas.

Nos procedimentos de auditoria foram incluídos, entre outros: (i) procedimentos de indagação aos representantes da Companhia no Conselho de Administração das duas investidas; (ii) avaliação da assiduidade nas reuniões do Conselho de Administração dos representantes da Companhia nas duas investidas; (iii) inspeção do acordo de acionistas das investidas que evidenciam como serão a distribuição das cadeiras no Conselho de Administração; e (iv) revisão da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas para determinação da influência significativa nas investidas.

Os resultados dos procedimentos de auditoria sobre a avaliação da influência significativa da Companhia nas investidas Klabin e Ultrapar e consequente utilização do método da equivalência patrimonial para sua valorização em 31 de dezembro de 2017 foram consistentes com a avaliação da Administração, e foram considerados na formação da opinião sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Valor recuperável dos estoques de imóveis a comercializar

Os estoques de imóveis a comercializar da Companhia são demonstrados pelo custo de aquisição dos terrenos acrescidos dos custos incorridos de construção e outros custos relacionados aos projetos em construção e concluídos, cujas unidades ainda não foram vendidas, não excedendo seu valor líquido de realização. Quando o custo de construção dos imóveis a comercializar exceder o fluxo de caixa esperado através de suas vendas uma redução do valor recuperável é reconhecida no exercício em que foi determinado que o valor contábil não seja recuperável.

O valor recuperável dos estoques de imóveis a comercializar é revisado pela Administração anualmente levando em consideração estudos de viabilidades dos projetos, cotações de mercado, laudos de especialistas externos, dentre outras premissas. A revisão do valor recuperável efetuada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 resultou no registro de uma provisão de R\$ 69 milhões.

Nos procedimentos de auditoria foram incluídos, entre outros: (i) a avaliação do desenho, da implementação e da efetividade das atividades de controles internos da Companhia relacionados a avaliação dessa estimativa; (ii) a utilização de especialistas em modelos de valorização para auxiliar na análise e revisão de laudos externos obtidos pela Administração para suportar o valor recuperável; (iii) a validação das informações utilizadas nos cálculos; (iv) a realização de cálculo independente sensibilizando as principais premissas utilizadas; e (v) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Os resultados dos procedimentos de auditoria sobre o teste do valor recuperável dos estoques de imóveis a comercializar em 31 de dezembro de 2017 foram consistentes com a avaliação da Administração, e foram considerados na formação da opinião sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

10.6 - Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

- a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**
 - i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

No último exercício social, a Companhia e suas controladas não possuíam arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos que não estivessem evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

No último exercício social, a Companhia e suas controladas não possuíam carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades que não estivessem evidenciadas nas demonstrações financeiras da Companhia.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

No último exercício social, a Companhia e suas controladas não possuíam contratos relevantes de futura compra e venda de produtos ou serviços que não estivessem evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

iv. contratos de construção não terminada

No último exercício social, a Companhia e suas controladas não possuíam contratos de construção não terminada que não estivessem evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

No último exercício social, a Companhia e suas controladas não possuíam contratos de recebimentos futuros de financiamentos que não estivessem evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A controlada em conjunto Carapa Empreendimentos Imobiliários SPE S.A. (“SPE”), da qual a Companhia detém indiretamente 40%, possui financiamento contratado junto à Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 92 milhões, destes, R\$ 86 milhões haviam sido utilizados até o exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. Na mesma data a SPE possuía saldo em contas a receber de R\$ 61 milhões, além de estoque avaliado em R\$ 46 milhões. A Companhia é solidária pela parte do financiamento correspondente à sua participação na SPE.

Além do exposto acima, não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras relativas ao encerramento do último exercício social.

10.7 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

- a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Embora o estoque em conjunto com o contas a receber da controlada em conjunto Carapa Empreendimentos Imobiliários SPE S.A (“SPE”) sejam possivelmente suficientes para a quitação do mesmo, na eventualidade de ocorrerem rescisões contratuais (“distratos”) e processos judiciais contra a SPE que impactem adversamente o fluxo de caixa da mesma, a Companhia poderá ser chamada a aportar recursos na referida controlada em conjunto para amortização de dívidas, capital de giro, entre outras despesas operacionais e financeiras, impactando desta forma o caixa e o resultado operacional da Companhia.

- b) natureza e o propósito da operação**

O financiamento citado no item 10.6 (b), detido pela controlada em conjunto Carapa Empreendimentos Imobiliários SPE S.A, destinou-se à construção do empreendimento.

- c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

O valor do financiamento citado no item 10.6 (b), contratado pela controlada em conjunto Carapa Empreendimentos Imobiliários SPE S.A., é de R\$ 92 milhões, sendo a Companhia solidária com 40% desse valor, participação igual a sua participação no capital social da controlada em conjunto.

10.8 – Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

- a) investimentos, incluindo:**

- i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.**

Dentre os projetos concluídos em 2017, destaca-se o empreendimento “Torre 1º. de Março”, padrão “AAA”, no Centro do Rio de Janeiro, cuja entrega ocorreu em maio de 2017. Para construção desse empreendimento, foi contratado um financiamento no valor de R\$ 61 milhões, cujo vencimento ocorrerá em até 60 meses a partir de janeiro de 2018. Há a expectativa de que haverá necessidades de aportes por parte da Companhia na sua controlada Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A., proprietária do empreendimento “Torre 1º. de Março”, para amortização desse financiamento.

Também em 2017, a controlada em conjunto Carapa Empreendimentos Imobiliários SPE S.A. concluiu e entregou o prédio residencial composto de 470 unidades, denominado “Nobre Norte Residencial”, localizado próximo ao “Norte Shopping”, na

Zona Norte do Rio de Janeiro, no qual a Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. detém 40% de participação em parceria com a Cyrela Brazil Realty S.A Empreendimentos e Participações, que detém 60%.

Ainda em 2017, a controlada em conjunto PRS XXIV Incorporadora Ltda. lançou empreendimento residencial composto de 120 unidades, denominado “Reserva do Conde”, na Zona Norte do Rio de Janeiro, no qual a Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. detém 25% de participação, em parceria com a Concal Construtora Conde Caldas Ltda., que detém 25%, e Minas Rio Desenvolvimento Imobiliário Ltda. (empresa pertencente ao Grupo Roma), que detém 50%.

Em 2016, a Companhia adquiriu, através da sua controlada Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A., 25% do capital social da HESA 159 – Investimentos Imobiliários S.A. Trata-se de terreno para desenvolvimento de empreendimento misto localizado em São Paulo em parceria com a Helbor. A aprovação do projeto encontra-se em andamento e o lançamento está previsto para ocorrer apenas em 2019.

Em 2015, foi celebrada uma parceria com a Alphaville Urbanismo S.A. para o desenvolvimento de empreendimento imobiliário na Fazenda Timbutuva, localizada no Município de Campo Largo - PR, de propriedade dessa sociedade. O projeto relacionado à parceria se encontra em fase preliminar e dependerá de estudos e providências a serem realizados, como a obtenção das licenças costumeiras, estimando-se, assim, que a sua conclusão somente possa vir a ocorrer a médio prazo.

Em 2015, a controlada em conjunto Mapisa II Empreendimento Imobiliário S.A. adquiriu terreno para desenvolvimento de empreendimento residencial localizado na Zona Sul do Rio de Janeiro. O empreendimento já teve licenças e projeto aprovados e aguarda condições mercadológicas propícias para seu lançamento.

Em 2018 estão previstos investimentos no valor de R\$30 milhões nos investimentos imobiliários acima relacionados.

Em 2017, Companhia se comprometeu a realizar aportes de até R\$ 46,2 milhões ao longo de cinco anos em Fundos de Investimento em Participações (FIPs) dedicados ao desenvolvimento de projetos de transmissão de energia elétrica. Junto ao compromisso assumido em 2016, o valor total comprometido por Companhia passou a ser de R\$ 56,2 milhões. Até o final do exercício de 2017, a Companhia havia integralizado R\$ 7,1 milhões nestes fundos.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A principal fonte de financiamento para investimentos, inclusive para aquisição de participações societárias tem sido as próprias disponibilidades e capacidades de geração de caixa da Companhia por meio de seus investimentos.

Já os investimentos imobiliários são efetivados através de Sociedades de Propósito Específico (SPEs), que além do capital próprio investido pelos seus acionistas, contam com financiamento bancário para a produção e desenvolvimento, a maioria no âmbito do SFH.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Considerando que a Companhia é uma sociedade de participações, decisões de investimento e desinvestimento são naturais em suas operações. As decisões de investimentos ou desinvestimentos são aprovadas pelos órgãos decisórios da Companhia de acordo com o estatuto social da Companhia.

Não obstante, os Diretores da Companhia esclarecem que não existem, neste momento, desinvestimentos relevantes em andamento e/ou previstos.

- b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não há.

- c) novos produtos e serviços, indicando:**

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não há pesquisas em andamento já divulgadas.

ii. montante total gasto pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há pesquisas em andamento.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Os seguintes projetos encontram-se em desenvolvimento:

- “Alphaville Campo Largo” – Em 2015, foi celebrada uma parceria com a Alphaville Urbanismo S.A. para o desenvolvimento de empreendimento imobiliário na Fazenda Timbutuva, localizada no Município de Campo Largo - PR, de propriedade dessa sociedade. O projeto relacionado à parceria se encontra em fase preliminar e dependerá de estudos e providências a serem realizados, como a obtenção das licenças costumeiras, estimando-se, assim, que a sua conclusão somente possa vir a ocorrer a médio prazo.

- HESA 159 – Investimentos Imobiliários S.A. – Investimentos Imobiliários S.A. – Investimentos Imobiliários S.A. – Trata-se de terreno para desenvolvimento de empreendimento misto localizado em São Paulo em parceria com a Helbor. A aprovação do projeto encontra-se em andamento.
- Mapisa II Empreendimento Imobiliário S.A. – Terreno para desenvolvimento de empreendimento residencial localizado na Zona Sul do Rio de Janeiro. O empreendimento já teve licenças e projeto aprovados e aguarda condições mercadológicas propícias para seu lançamento.
- “Reserva do Conde” – Empreendimento residencial composto de 120 unidades, localizado na Tijuca, Zona Norte do Rio de Janeiro, no qual a Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. detém 25% de participação, em parceria com a Concal Construtora Conde Caldas Ltda., que detém 25%, e Minas Rio Desenvolvimento Imobiliário Ltda. (empresa pertencente ao Grupo Roma), que detém 50%. O empreendimento foi lançado no último trimestre de 2017.
- Fundos de Transmissão de Energia Elétrica – A Companhia se comprometeu a realizar aportes de até R\$ 46,2 milhões ao longo de cinco anos em Fundos de Investimento em Participações (FIPs) dedicados ao desenvolvimento de projetos de transmissão de energia elétrica. Junto ao compromisso assumido em 2016, o valor total comprometido por Companhia passou a ser de R\$ 56,2 milhões.

iv. montante total gasto pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Até 31 de dezembro de 2017, a Companhia gastou no desenvolvimento dos projetos citados no item anterior o monte total de R\$ 38,2 milhões.

10.9 - Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outros fatores que tenham influenciado de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção, incluindo informações relevantes sobre despesas com publicidade, patrocínios, parcerias e convênios.

- ii. Deliberar sobre a proposta de orçamento de capital.

De acordo com o previsto no artigo 196 da Lei 6404/76, com a redação dada pela Lei n.º 10.303 de 31.10.2001, a Administração da Companhia vem apresentar a presente proposta de orçamento de capital.

O orçamento de capital, devidamente aprovado em reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 26 de março 2018, totaliza o montante de R\$ 101 (cento e um) milhões, para os próximos 5 (cinco) exercícios, assim distribuídos: (i) R\$ 50 (cinquenta) milhões para investimentos em transmissão de energia elétrica, (ii) R\$ 30 (trinta) milhões para investimentos no setor imobiliário e (iii) R\$ 21 (vinte e um) milhões para investimentos em novos projetos.

Estes investimentos terão como fonte os lucros retidos na reserva para investimentos, nos termos deste orçamento de capital e no art. 196 da Lei n.º 6.404, de 1976, no montante total de R\$ 101 (cento e um) milhões.

- iii. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apurou lucro líquido de R\$ 141.184.882,21.

A Administração da Companhia propõe a seguinte destinação:

a) R\$ 7.059.244,11 para a conta de reserva legal, correspondente a 5% do lucro líquido realizado no exercício social de 2017, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76;

(b) R\$ 33.635.409,52 a ser imputado ao dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, nos termos da legislação em vigor e conforme estatuto social da Companhia;

(c) o saldo remanescente do lucro líquido, no montante de R\$ 100.920.874,81, à conta de reserva de investimentos, para realização de investimentos de interesse da Companhia, com base em orçamento de capital proposto pela Administração.

ANEXO 9.1.II DA INSTRUÇÃO CVM 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009.

1 - Informar o Lucro Líquido do exercício:

Em 2017, o lucro líquido do exercício foi de R\$ 141.184.882,21. O lucro líquido ajustado para efeitos de cálculo do valor a ser imputado aos dividendos mínimos obrigatórios é de R\$ 134.541.638,10, calculado da seguinte forma (valores em R\$):

a) Lucro Líquido	141.184.882,21
b) Constituição de Reserva Legal (5% do lucro líquido)	7.059.244,11
c) Realização de custo atribuído ao Ativo Imobilizado	416.000,00

Lucro para cálculo do Dividendo Mínimo (conforme Estatuto) 134.541.638,10

Dividendo Mínimo Obrigatório calculado conforme Estatuto—25% 33.635.409,52

2 - Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio, já declarados:

A Companhia distribuiu proventos no valor global de R\$ 135 milhões equivalente a R\$ 11,02 por ação, sendo R\$ 41 milhões de dividendos e R\$ 94 milhões de juros sobre capital próprio.

3 - Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

A Companhia distribuiu dividendos, atribuídos ao lucro do exercício social de 2017, no montante de R\$ 33.635.409,52, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado do exercício social de 2017 (R\$ 134.541.638,10).

4 - Montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercício anteriores:

A Companhia distribuiu o valor global de R\$ 101.364.590,48 com base em lucro de exercício anteriores, sendo R\$ 7.364.590,48 em dividendos e R\$ 94.000.000,00 em juros sobre capital próprio.

5 - Informar saldo de valor bruto de dividendos e juros sobre o capital próprio, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio, já declarados:

Não aplicável, pois não existe saldo de valor bruto de dividendos e juros sobre o capital próprio, deduzidos os dividendos antecipados e os juros sobre o capital próprio, já declarados.

6 - Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio, com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre o capital próprio, já declarados

No exercício social de 2017, foram declarados dividendos no valor de R\$ 33.635.409,52, com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

b) Informar a data dos respectivos pagamentos

<u>Início Pagto.</u>		<u>Valor Pago</u>
03/04/2017	Dividendos	10.000.000,00
01/11/2017	Dividendos	23.635.409,52
		<u>33.635.409,52</u>

7 - Fornecer tabela comparativa, indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Exercício	Lucro líquido (R\$)	Valor por Ação (R\$)
2017	141.184.882,21	11,52
2016	211.190.029,85	17,24
2015	95.978.994,83	7,83

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio, distribuídos nos 3 (três) exercícios anteriores

Exercício	Dividendo declarado no exercício - R\$	Dividendo por Ação – R\$	Dividendo pago no Exercício – R\$
2017	41.000.000,00	3,35	41.000.000,00
2016	0,00	0,00	0,00
2015	120.000.000,00	9,79	120.000.000,00

Exercício	JCP declarado no exercício - R\$)	JCP por Ação R\$	JCP pago no Exercício – R\$
2017	94.000.000,00	7,67	94.000.000,00
2016	89.000.000,00	7,26	136.000.000,00
2015	60.000.000,00	4,90	13.000.000,00

8 - Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a) Identificar o montante destinado à reserva legal

No exercício social de 2017, foram destinados R\$ 7.059.244,11 à reserva legal.

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

	Percentual - %	R\$
Lucro de 2017		141.184.882,21
Destinação de Lucros à Reserva Legal	5%	7.059.244,11

9 - Informar, caso a companhia detenha ações preferências, com direito a dividendos fixos ou mínimos

Não se aplica a Companhia, pois todas as ações emitidas são ordinárias nominativas.

10 - Em relação ao dividendo obrigatório:

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Artigo 26 – Dos lucros apurados ao término de cada exercício, depois de ajustado conforme as prescrições legais, será atribuído aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento).

b) Informar se ele está sendo pago integralmente

O dividendo obrigatório foi pago integralmente.

c) Informar o montante eventualmente retido

Não existem dividendos obrigatórios retidos.

11 - Informar, caso haja retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

Não existem dividendos obrigatórios retidos.

12 - Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

Não se aplica, pois a Companhia não possui reserva de contingências.

13 - Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:

a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não se aplica a Companhia, pois não existe reserva de lucros a realizar.

14 - Havendo destinação de resultado para reserva estatutária:

Não se aplica à Companhia, pois não há reserva estatutária.

15 - Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

a) Identificar o montante da retenção

O montante de retenção previsto em orçamento de capital do lucro do exercício social encerrado em 31/12/2017 é de R\$ 100.920.874,81.

b) Fornecer cópia do orçamento de capital

De acordo com o previsto no artigo 196 da Lei 6404/76, com a redação dada pela Lei n.º 10.303 de 31.10.2001, a Administração da Companhia vem apresentar a presente proposta de orçamento de capital para aprovação na Assembleia Geral Ordinária que será realizada no dia 27 de abril de 2018:

O orçamento de capital, devidamente aprovado em reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 26 de março 2018, totaliza o montante de R\$ 101 (cento e um) milhões, para os próximos 5 (cinco) exercícios, assim distribuídos: (i) R\$ 50 (cinquenta) milhões para investimentos em transmissão de energia elétrica, (ii) R\$ 30 (trinta) milhões para investimentos no setor imobiliário e (iii) R\$ 21 (vinte e um) milhões para investimentos em novos projetos.

Estes investimentos terão como fonte os lucros retidos na reserva para investimentos, nos termos deste orçamento de capital e no art. 196 da Lei n.º 6.404, de 1976, no montante total de R\$ 101 (cento e um) milhões.

16 - Havendo destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais:

Não há destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais.

- iv. Fixar o número e eleger os membros do Conselho de Administração e seus respectivos suplentes.

A Administração propõe fixar em 7 (sete) os membros efetivos e igual número de suplentes para compor o Conselho de Administração da Companhia.

A Administração propõe a eleição dos membros efetivos e respectivos suplentes relacionados na tabela abaixo para compor o Conselho de Administração:

MEMBRO EFETIVO	OBSERVAÇÃO	RESPECTIVO SUPLENTE	DATA DA ELEIÇÃO	PRAZO DE MANDATO
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	Presidente	Joaquim Francisco Monteiro de Carvalho Neto	27.04.2018	3 anos
Sergio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães	1º. Vice-Presidente	Pedro Alberto Guimarães Filho	27.04.2018	3 anos
Ana Maria Monteiro de Carvalho	2º. Vice-Presidente	Octavio Francisco Monteiro de Carvalho Domit	27.04.2018	3 anos
Arnon Affonso de Farias Mello Neto	Conselheiro	Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	27.04.2018	3 anos
Joaquim Álvaro Monteiro de Carvalho	Conselheiro	Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello	27.04.2018	3 anos
José Luiz Alquéres	Conselheiro	Pedro Alberto Campbell Alquéres	27.04.2018	3 anos
Roberto Duque	Conselheiro	Renata Emery	27.04.2018	3 anos

Estrada		Vivacqua		
---------	--	----------	--	--

As informações sobre os membros indicados para composição do Conselho de Administração estão abaixo relacionadas, na forma dos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência.

ITEM 12 DA INSTRUÇÃO CVM 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009.

12.5/6 - Composição e experiência profissional dos indicados ao Conselho de Administração

Nome	Data de nascimento	Profissão	CPF	Cargo eletivo a ocupar	Data prevista de eleição e posse	Prazo do mandato	Outros cargos exercidos no emissor	Foi indicado pelo controlador?	Mandatos consecutivos	Percentual de presença nas reuniões	Membro independente?
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	07/04/1944	Empresário	007.260.887-20	Membro do Conselho de Administração (efetivo) /Presidente do Conselho de Administração	27/04/2018	Até AGO de 2021	Diretor e membro do Comitê de Coordenação	Sim	14	100%	Não

Sergio Alberto Monteiro de Carvalho – CPF nº 007.260.287-20

Vice Presidente do Conselho de Administração da Monteiro Aranha S.A.; Diretor Presidente da Monteiro Aranha S.A.; Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Monteiro Aranha Participações S.A.; Diretor da Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A.; Diretor da Three o Five Participações S.A.; Diretor da Timbutuva Empreendimentos Ltda.; Membro do Conselho de Administração da Charles River Administradora de Recursos Ltda.; Presidente do Conselho Diretor da Fundação São Joaquim de Assistência Social.

Formado na Escola de Comércio Sabel Schule e de Engenharia Mecânica na Technische Hochschule em Munique, na Alemanha.

Declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Exerceu nos últimos 5 anos cargo em empresa que integra o grupo econômico do emissor ou que é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

12.9 - Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar	Relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administrador do emissor		
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Joaquim Francisco Monteiro de Carvalho Neto	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Pai
		Ana Maria Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Irmão
		Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Irmão
		Joaquim Álvaro Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Irmão

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas do emissor	Cargo do parente em controladas diretas	Cargo do parente em controladas indiretas
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho (irmã)	Diretora da Timbutuva Empreendimento Imobiliário S.A.	Não há
			Membro do Conselho de Administração da Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda.	
			Membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor:

Nome	Cargo eletivo do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e controladores diretos ou indiretos do Emissor
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha S.A. (efetivo)	Joaquim Álvaro Monteiro de Carvalho
	Diretor da Timbutuva Empreendimentos Ltda.	Ana Maria Monteiro de Carvalho
	Membro do Conselho de Administração da Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda.	Celi Elisabete Monteiro de Carvalho
	Diretor e Membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha Participações S.A.	Monteiro Aranha Participações S.A.
		Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A.
		Old Rose Inc.
		Monteiro Aranha International Limited

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Controladoras diretas e indiretas do emissor
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho (irmã)	Diretora da Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A.
			Diretora e membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha Participações S.A.
			Diretora da Old Rose Inc
		Ana Maria Monteiro de Carvalho (irmã)	Membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha Participações S.A.
	Joaquim Álvaro Monteiro de Carvalho (irmão)	Membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha Participações S.A.	

12.10 - Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; b. controlador direto ou indireto do emissor; c. Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação de subordinação e prestação de serviço	Relação de Controle - Controlada direta ou indireta	Relação de Controle - Controlador direto ou indireto
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Não há	Timbutuva Empreendimentos Ltda. (controlada direta)	Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A. (controlador direto)
			Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda. (controlada direta)	Monteiro Aranha Participações S.A. (controlador direto)
			Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. (controlada direta)	Monteiro Aranha International Limited (controlador indireto)

12.5/6 - Composição e experiência profissional dos indicados ao Conselho de Administração

Nome	Data de nascimento	Profissão	CPF	Cargo eletivo a ocupar	Data prevista de eleição e posse	Prazo do mandato	Outros cargos exercidos no emissor	Foi indicado pelo controlador?	Mandatos consecutivos	Percentual de presença nas reuniões	Membro independente?
José Luiz Alquéres	31/03/1944	Engenheiro	027.190.707.00	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	27/04/2018	Até AGO de 2021	Não	Sim	0	0	Sim

José Luiz Alquéres – CPF nº 027.190.707-00

Sócio-diretor da JLA – JL Alquéres Consultores Associados fundada em 1999 e Sócio Diretor da Edições de Janeiro fundada em 2014. Foi Secretário Nacional de Energia em 1992 e presidiu a CERJ, Eletrobrás, Alstom do Brasil, Light Serviços de Eletricidade S.A. e MDU do Brasil. Foi membro do Conselho de Administração Itaipu, Eletrobrás, Furnas, Chesf, Eletrosul, Nuclen, Cesp, CPFL, Cemig, EDP e. Vice Presidente honorário do World Energy Council. Trabalhou no BNDES, foi Diretor do BNDESPAR e da Cia. Bozano Simonsen e membro de vários Conselhos Estratégicos, como Calyon-Crédit Lyonnais, Arsenal Investimentos, FIP-Pactual e Rio Bravo, Signatura- azard Frères. Foi Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro de 2009 a 2011, da qual é grande Benemérito. Hoje é Conselheiro de Administração da Energisa, da Celesc, da QGEP Exploração e Produção de Petróleo, Conselheiro do CEBDS - Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável e Vice-Presidente do CEBRI - Centro Brasileiro de Relações Internacionais. Officier da Ordre National du Mérite (França) e Cidadão Honorário de Dakota do Norte (USA).

Formado em Engenharia Civil pela PUC/RJ (1966), cursou Ciências Sociais no IFCS-UFRJ e é pós-graduado no Brasil, Estados Unidos e França.

Declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado,

na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Não exerceu nos últimos 5 anos cargo em empresa que integra o grupo econômico do emissor ou que é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

12.9 - Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar	Relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administrador do emissor		
José Luiz Alqueres	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Pedro Alberto Campbell Alquéres	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Pai

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas do emissor	Cargo do parente em controladas diretas	Cargo do parente em controladas indiretas
José Luiz Alquéres	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Pedro Alberto Campbell Alquéres (filho)	Não há	Não há

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor:

Nome	Cargo eletivo do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e controladores diretos ou indiretos do Emissor
José Luiz Alquéres	Membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha S.A. (efetivo)	Não há

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Controladoras diretas e indiretas do emissor
José Luiz Alquéres	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Não há	Não há

12.10 - Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas

em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; b. controlador direto ou indireto do emissor; c. Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação de subordinação e prestação de serviço	Relação de Controle - Controlada direta ou indireta	Relação de Controle - Controlador direto ou indireto
José Luiz Alquéres	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Não há	Não há	Não há

12.5/6 - Composição e experiência profissional dos indicados ao Conselho de Administração

Nome	Data de nascimento	Profissão	CPF	Cargo eletivo a ocupar	Data prevista de eleição e posse	Prazo do mandato	Outros cargos exercidos no emissor	Foi indicado pelo controlador?	Mandatos consecutivos	Percentual de presença nas reuniões	Membro independente?
Arnon Affonso de Farias Mello Neto	27/05/1976	Economista	072.231.567-83	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	27/04/2018	Até AGO de 2021	Não	Sim	0	0	Não

Arnon Affonso de Farias Mello Neto - CPF nº 072.231.567-83

Arnon exerce o cargo de vice-presidente da National Basketball Association (NBA) para a America Latina. Arnon é responsável por todas as iniciativas e parcerias da liga americana na região para as áreas de direitos de mídia, conteúdo, licenciamento, eventos e varejo. Arnon fundou a Loops, uma startup de mídia digital. Antes disso trabalhou no Astor Group, uma boutique de investimentos, no Barclays Capital e no Lehman Brothers.

Formado em economia pela Universidade de Chicago e tem MBA pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT) e mestrado em Administração Pública pela Harvard University.

Declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Declara ser pessoa politicamente exposta.

Não exerceu nos últimos 5 anos cargo em empresa que integra o grupo econômico do emissor ou que é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

12.9 - Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar	Relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administrador do emissor		
Arnon Affonso de Farias Mello Neto	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Filho
		Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Irmão

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas do emissor	Cargo do parente em controladas diretas	Cargo do parente em controladas indiretas
Arnon Affonso de Farias Mello Neto	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho (filho)	Diretora da Tirbutuva Empreendimento Imobiliário S.A.	Não há
			Membro do Conselho de Administração da Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda.	
			Membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	
		Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello (irmão)	Diretor da Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda.	Diretor da Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A.
			Diretor da M.A. Investimentos Ltda.	Diretor da Mapisa II Empreendimento Imobiliário S.A.
	Membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	Diretor da Mapisa II Empreendimento Imobiliário S.A.		

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor:

Nome	Cargo eletivo do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e controladores diretos ou indiretos do Emissor
Arnon Affonso de Farias Mello Neto	Membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha S.A. (efetivo)	Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello
		Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho
		Monteiro Aranha International Limited
		Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A.
		Monteiro Aranha Participações S.A.
		Old Rolse Inc.

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Controladoras diretas e indiretas do emissor
Arnon Affonso de Farias Mello Neto	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho (filho)	Diretora da Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A.
			Diretora e membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha Participações S.A.
		Diretora da Old Rose Inc	
		Diretor da Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A.	
		Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello (irmão)	Diretor e membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha Participações S.A.

12.10 - Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social;

b. controlador direto ou indireto do emissor;

c. Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação de subordinação e prestação de serviço	Relação de Controle - Controlada direta ou indireta	Relação de Controle - Controlador direto ou indireto
Arnon Affonso de Farias Mello Neto	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Não há	Não há	Não há

12.5/6 - Composição e experiência profissional dos indicados ao Conselho de Administração

Nome	Data de nascimento	Profissão	CPF	Cargo eletivo a ocupar	Data prevista de eleição e posse	Prazo do mandato	Outros cargos exercidos no emissor	Foi indicado pelo controlador?	Mandatos consecutivos	Percentual de presença nas reuniões	Membro independente?
Roberto Duque Estrada de Sousa	11/12/1971	Advogado	016.468.087-03	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	27/04/2018	Até AGO de 2021	Não	Sim	0	0	Não

Roberto Duque Estrada – CPF nº 016.468.087-03

Sócio fundador da Sociedade de Advogados Xavier, Duque Estrada, Emery, Denardi Advogados. Membro da Ordem dos Advogados do Brasil Seções do Rio de Janeiro (1994), São Paulo (2004) e Brasília (2004). Consultor da Comissão de Combate ao Mercado Ilegal - Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Conselho Empresarial de Compliance da Associação Comercial do Rio de Janeiro; Diretor da Associação Brasileira de Direito Financeiro (ABDF); Associação Brasileira de Direito Tributário (“ABRADT”); Centro de Estudos das Sociedades de Advogados - CESA; International Fiscal Association (IFA); Officer da International Bar Association (IBA); Institute for International Taxation, Inc. (IITI). Colunista do site Consultor Jurídico (CONJUR) e autor de artigos técnicos em matéria tributária.

Advogado especializado em Direito Tributário. Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1994). Professor assistente de Direito

Tributário na Faculdade de Administração de Empresas da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1997-1999). Professor de Direito Tributário Internacional na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1999).

Declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Exerceu nos últimos 5 anos cargo em empresa que integra o grupo econômico do emissor ou que é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

12.9 - Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor:

Nome	Data de nascimento	Profissão	CPF	Cargo eletivo a ocupar	Data prevista de eleição e posse	Prazo do mandato	Outros cargos exercidos no emissor	Foi indicado pelo controlador?	Mandatos consecutivos	Percentual de presença nas reuniões	Membro independente?
Roberto Duque Estrada de Sousa	11/12/1971	Advogado	016.468.087-03	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	27/04/2018	Até AGO de 2021	Não	Sim	0	0	Não

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas do emissor	Cargo do parente em controladas diretas	Cargo do parente em controladas indiretas
Roberto Duque Estrada de Sousa	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Não Há	Não há	Não há

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor:

Nome	Cargo eletivo do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e controladores diretos ou indiretos do Emissor
Roberto Duque Estrada de Sousa	Membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha S.A. (efetivo)	Não Há

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Controladoras diretas e indiretas do emissor
Roberto Duque Estrada de Sousa	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Não Há	Não há

12.10 - Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; b. controlador direto ou indireto do emissor; c. Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação de subordinação e prestação de serviço	Relação de Controle - Controlada direta ou indireta	Relação de Controle - Controlador direto ou indireto
Roberto Duque Estrada de Sousa	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Sim	Não Há	Old Rose Inc (controlador direto)

12.5/6 - Composição e experiência profissional dos indicados ao Conselho de Administração

Nome	Data de nascimento	Profissão	CPF	Cargo eletivo a ocupar	Data prevista de eleição e posse	Prazo do mandato	Outros cargos exercidos no emissor	Foi indicado pelo controlador?	Mandatos consecutivos	Percentual de presença nas reuniões	Membro independente?
Ana Maria Monteiro de Carvalho	22/04/1947	Empresária	955.713.968-49	Membro do Conselho de Administração (efetivo)/2ª Vice-Presidente do Conselho de Administração	27/04/2018	Até AGO de 2021	Não	Sim	12	0	Não

Ana Maria Monteiro de Carvalho - CPF nº 955.713.968-49

Membro do Conselho de Administração de Monteiro Aranha S.A. e da Monteiro Aranha Participações S.A.

Declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Exerceu nos últimos 5 anos cargo em empresa que integra o grupo econômico do emissor ou que é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

12.9 - Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar	Relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administrador do emissor		
Ana Maria Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Octavio Francisco Monteiro de Carvalho Domit	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Filho
		Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Irmão
		Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Irmã
		Joaquim Álvaro Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Irmão

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas do emissor	Cargo do parente em controladas diretas	Cargo do parente em controladas indiretas
Ana Maria Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho (irmã)	Diretora da Timbutuva Empreendimento Imobiliário S.A. Membro do Conselho de Administração da Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda. Membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	Não há
		Sergio Alberto Monteiro de Carvalho (irmão)	Diretor da Timbutuva Empreendimento Imobiliário S.A. Membro do Conselho de Administração da Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda. Membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	Não há

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor:

Nome	Cargo eletivo do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e controladores diretos ou indiretos do Emissor
Ana Maria Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha S.A. (efetivo)	Joaquim Álvaro Monteiro de Carvalho Sergio Alberto Monteiro de Carvalho Celi Elisabete Monteiro de Carvalho Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A. Monteiro Aranha International Limited Monteiro Aranha Participações S.A.

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Controladoras diretas e indiretas do emissor
Ana Maria Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho (irmã)	Diretora da Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A.
			Diretora e membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha Participações S.A.
			Diretora da Old Rose Inc
		Sergio Alberto Monteiro de Carvalho (irmã)	Diretor da Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A. Diretor e membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha Participações S.A.
Joaquim Álvaro Monteiro de Carvalho (irmão)	Membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha Participações S.A.		

12.10 - Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; b. controlador direto ou indireto do emissor; c. Caso seja relevante, fornecedor,

cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação de subordinação e prestação de serviço	Relação de Controle - Controlada direta ou indireta	Relação de Controle - Controlador direto ou indireto
Ana Maria Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Não há	Não há	Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A. (controlador direto) Monteiro Aranha Participações S.A. (controlador direto) Monteiro Aranha International Limited (controlador direto)

12.5/6 - Composição e experiência profissional dos indicados ao Conselho de Administração

Nome	Data de nascimento	Profissão	CPF	Cargo eletivo a ocupar	Data prevista de eleição e posse	Prazo do mandato	Outros cargos exercidos no emissor	Foi indicado pelo controlador?	Mandatos consecutivos	Percentual de presença nas reuniões	Membro independente?
Sergio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães	16/11/1972	Economista	725.095.897-68	Membro do Conselho de Administração (efetivo)/ 1º Vice-Presidente	27/04/2018	Até AGO de 2021	Diretor	Sim	3	100%	Não

Sergio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães - CPF nº 725.095.897-68

Membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha S.A., da Monteiro Aranha Participações S.A. e da Klabin S.A.; Diretor da Monteiro Aranha S.A.; Diretor da Monteiro Aranha Participações S.A.; Diretor-Presidente da Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.; Diretor da Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A.; Diretor da Three O Five Participações S.A.; Diretor da Masa Mineração Ltda.; Diretor da Charles River Administradora de Recursos Ltda.; Diretor da Timbutuva Empreendimentos Ltda.; Diretor da MAGISA - Gestão de Investimentos Imobiliários S.A.; Diretor da M.A. Investimentos Imobiliários S.A.; Diretor da Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A.; Diretor Presidente da Mapisa I S.A.; Diretor da Mapisa II Empreendimento Imobiliário S.A. e Diretor da Carapa Empreendimentos Imobiliários SPE S.A.

Foi Assistant Manager na IBJ Shroder Bank (NY).

Formado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica – PUC, com MBA em Fordham University (EUA). Kursou o programa Owner/President Management Program (OPM) em Havard Business School.

Declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Exerceu nos últimos 5 anos cargo em empresa que integra o grupo econômico do emissor ou que é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

12.9 - Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar	Relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administrador do emissor		
Sergio Francisco Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Pedro Alberto Guimarães Filho	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Irmão

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas do emissor	Cargo do parente em controladas diretas	Cargo do parente em controladas indiretas
Sergio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Não há	Não há	Não há

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor:

Nome	Cargo eletivo do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e controladores diretos ou indiretos do Emissor
Sergio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães	Membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha S.A. (efetivo)	Antônio Luis Monteiro de Carvalho Guimarães
	Diretor da Masa Mineração Ltda	Pedro Alberto Guimarães Filho
	Diretor da Timbutuva Empreendimento Ltda	Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A.
	Diretor da Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda.	Monteiro Aranha Participações S.A.
	Diretor da MAGISA - Gestão de Investimentos Ltda.	
	Diretor da M.A. Investimentos Imobiliários Ltda.	
	Diretor da Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	
	Diretor da Mapias II Empreendimento Imobiliário S.A.	

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Controladoras diretas e indiretas do emissor
Sergio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Antonio Luis Monteiro de Carvalho Guimarães	Membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha Participações S.A.

12.10 - Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social;

b. controlador direto ou indireto do emissor;

c. Caso seja relevante, fornecedor,

cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação de subordinação e prestação de serviço	Relação de Controle - Controlada direta ou indireta	Relação de Controle - Controlador direto ou indireto
Sergio Francisco Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Não há	Masa Mreração Ltda. (controlada direta)	Monteiro Aranha Participações S.A. (controlador direto)
			Tirbutuva Empreendimentos Ltda. (controlada direta)	Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A. (controlador direto)
			Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda. (controlada direta)	
			Magisa - Gestão de Investimentos Imobiliários Ltda. (controlada direta)	
			M.A. Investimentos Imobiliários (controlada direta)	
			Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. (controlada direta)	
Mapisa II Empreendimento Imobiliário S.A. (controlada indireta)				

12.5/6 - Composição e experiência profissional dos indicados ao Conselho de Administração

Nome	Data de nascimento	Profissão	CPF	Cargo eletivo a ocupar	Data prevista de eleição e posse	Prazo do mandato	Outros cargos exercidos no emissor	Foi indicado pelo controlador?	Mandatos consecutivos	Percentual de presença nas reuniões	Membro independente?
Joaquim Álvaro Monteiro de Carvalho	12/08/1950	Empresário	260.659.917-91	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	27/04/2018	Até AGO de 2021	Não	Sim	0	0	Não

Joaquim Alvaro Monteiro de Carvalho – CPF nº 260.659.917-91

Membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha Participações S.A.

Declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Exerceu nos últimos 5 anos cargo em empresa que integra o grupo econômico do emissor ou que é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

12.9 - Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar	Relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administrador do emissor		
Joaquim Álvaro Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Irmão
		Ana Maria Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Irmão
		Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Irmão

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas do emissor	Cargo do parente em controladas diretas	Cargo do parente em controladas indiretas	
Joaquim Álvaro Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho (irmã)	Diretora da Timbutuva Empreendimento Imobiliário S.A.	Não há	
			Membro do Conselho de Administração da Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda.		
			Membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.		
		Sergio Alberto Monteiro de Carvalho (irmão)	Diretor da Timbutuva Empreendimento Imobiliário S.A.		Não há
			Membro do Conselho de Administração da Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda.		
			Membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.		

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor:

Nome	Cargo eletivo do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e controladores diretos ou indiretos do Emissor
Joaquim Álvaro Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha S.A. (efetivo)	Ana Maria Monteiro de Carvalho Sergio Alberto Monteiro de Carvalho Celi Elisabete Monteiro de Carvalho Monteiro Aranha International Limited Sociedade Técnica Monteiro Aranha S. A.

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Controladoras diretas e indiretas do emissor
Joaquim Álvaro Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho (irmã)	Diretora e membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha Participações S.A.
			Diretora da Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A.
			Diretora da Old Rose Inc
		Sergio Alberto Monteiro de Carvalho (irmão)	Diretor da Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A.
			Diretor e membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha Participações S.A.
			Ana Maria Monteiro de Carvalho (irmã)

12.10 - Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social;

b. controlador direto ou indireto do emissor; c. Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação de subordinação e prestação de serviço	Relação de Controle - Controlada direta ou indireta	Relação de Controle - Controlador direto ou indireto
Joaquim Álvaro Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Não há	Não há	Monteiro Aranha Participações S.A. (controlador direto)
				Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A. (controlador direto)
				Monteiro Aranha International Ltda. (controlador direto)

12.5/6 - Composição e experiência profissional dos indicados ao Conselho de Administração

Nome	Data de nascimento	Profissão	CPF	Cargo eletivo a ocupar	Data prevista de eleição e posse	Prazo do mandato	Outros cargos exercidos no emissor	Foi indicado pelo controlador?	Mandatos consecutivos	percentual de presença nas reuniões	Membro independente?
Celi Elisabete Júlia Monteiro de Carvalho	14/08/1957	Empresária	428.912.807-68	Membro do Conselho de Administração (suplente)	27/04/2018	Até AGO de 2021	Diretora e membro do Comitê de Coordenação	Sim	12	100%	Não

Celi Elisabete Júlia Monteiro de Carvalho - CPF nº 428.912.807-68

Membro do Conselho de Administração e Diretora Vice Presidente da Monteiro Aranha S.A., Diretora Vice Presidente da Monteiro Aranha Participações S.A; Diretora da Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A.; Diretora da Three o Five Participações S.A. e Diretora da Timbutuva Empreendimentos Ltda.

Declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Exerceu nos últimos 5 anos cargo em empresa que integra o grupo econômico do emissor ou que é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

12.9 - Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar	Relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administrador do emissor		
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Filho
		Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Irmão
		Ana Maria Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Irmã
		Joaquim Álvaro Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Irmão

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor:

Nome	Cargo eletivo ocupado	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas do emissor	Cargo do parente em controladas diretas	Cargo do parente em controladas indiretas	
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Sergio Alberto Monteiro de Carvalho (irmão)	Diretor da Timbutuva Empreendimento Imobiliário S.A.	Não há	
			Membro do Conselho de Administração da Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda.		
		Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello (filho)	Membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.		Diretor da Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A.
			Diretor da Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda.		Diretor da M.A. Investimentos Ltda.
		Membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	Diretor da Mapisa II Empreendimento Imobiliário S.A.		

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor:

Nome	Cargo eletivo do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e controladores diretos ou indiretos do Emissor
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Ana Maria Monteiro de Carvalho
	Diretora da Timbutuva Empreendimentos Ltda.	Sergio Alberto Monteiro de Carvalho
	Diretora e membro do Conselho de Administração da Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda.	Joaquim Álvaro Monteiro de Carvalho
	Membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello
		Arnon Affonso de Farias Mello Neto
		Old Rose Inc.
		Monteiro Aranha Participações S.A.
		Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A.
	Monteiro Aranha Intertional Limited	

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Controladoras diretas e indiretas do emissor
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Sergio Alberto Monteiro de Carvalho (irmão)	Diretor da Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A. Diretor e membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha Participações S.A.
		Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello (filho)	Diretor da Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A. Diretor e membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha Participações S.A.
		Ana Maria Monteiro de Carvalho (irmã)	Membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha Participações S.A.
		Joaquim Álvaro Monteiro de Carvalho (irmão)	Membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha Participações S.A.

12.10 - Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; b. controlador direto ou indireto do emissor; c. Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação de subordinação e prestação de serviço	Relação de Controle - Controlada direta ou indireta	Relação de Controle - Controlador direto ou indireto
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Não há	Timbutuva Empreendimentos Ltda. (controlada direta)	Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A. (controlador direto)
			Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda. (controlada direta)	Old Rose Inc (controlador direto)
			Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. (controlada direta)	Monteiro Aranha Participações S.A. (controlador direto)
				Monteiro Aranha International Ltd. (controlador indireto)

12.5/6 - Composição e experiência profissional dos indicados ao Conselho de Administração

Nome	Data de nascimento	Profissão	CPF	Cargo eletivo a ocupar	Data prevista de eleição e posse	Prazo do mandato	Outros cargos exercidos no emissor	Foi eleito pelo controlador	Mandatos consecutivos	Percentual de presença nas reuniões	Membro independente?
Joaquim Francisco Monteiro de Carvalho Neto	16/05/1980	Administrador	054.565.617-04	Membro do Conselho de Administração (suplente)	27/04/2018	Até AGO de 2021	Não	sim	2	0	Não

Joaquim Francisco Monteiro de Carvalho Neto - CPF nº 054.656.617-04

Membro suplente do Conselho de Administração da Monteiro Aranha S.A.

Foi Presidente da Empresa Olímpica Municipal (EOM), órgão que coordenou as atividades municipais relacionados aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016; Subsecretário da Secretaria de Transporte e da Secretaria de Conservação do Município do Rio de Janeiro. Trabalhou nos Jogos Olímpicos de 2012, em Londres, na área de Logística & Operações da Cidade.

Formado em administração de empresas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 2004, com especialização em Marketing Esportivo e Broadcasting pela New York University (NYU).

Declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Não exerceu nos últimos 5 anos cargo em empresa que integra o grupo econômico do emissor ou que é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

12.9 - Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar	Relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administrador do emissor		
Joaquim Francisco Monteiro de Carvalho Neto	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Filho

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas do emissor	Cargo do parente em controladas diretas	Cargo do parente em controladas indiretas
Joaquim Francisco Monteiro de Carvalho Neto	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Sergio Alberto Monteiro de Carvalho (pai)	Diretor da Tirbutuva Empreendimento Imobiliário S.A. Membro do Conselho de Administração da Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda. Membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	Não há

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor:

Nome	Cargo eletivo do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e controladores diretos ou indiretos do Emissor
Joaquim Francisco Monteiro de Carvalho Neto	Membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha S.A. (suplente)	Sergio Alberto Monteiro de Carvalho Monteiro Aranha Participações S.A. Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A. Monteiro Aranha International Limited

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Controladoras diretas e indiretas do emissor
Joaquim Francisco Monteiro de Carvalho Neto	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Sergio Alberto Monteiro de Carvalho (pai)	Diretor da Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A. Diretor e membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha Participações S.A.

12.10 - Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social;

b. controlador direto ou indireto do emissor;

c. Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação de subordinação e prestação de serviço	Relação de Controle - Controlada direta ou indireta	Relação de Controle - Controlador direto ou indireto
Joaquim Francisco Monteiro de Carvalho Neto	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Não há	Não há	Não há

12.5/6 - Composição e experiência profissional dos indicados ao Conselho de Administração

Nome	Data de nascimento	Profissão	CPF	Cargo eletivo a ocupar	Data prevista de eleição e posse	Prazo do mandato	Outros cargos exercidos no emissor	Foi indicado pelo controlador?	Mandatos consecutivos	Percentual de presença nas reuniões	Membro independente?
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello	01/08/1978	Empresário	085.081.467-79	Membro do Conselho de Administração (suplente)	27/04/2018	Até AGO de 2021	Diretor	Sim	2	0	Não

Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello - CPF nº 085.081.467-79

Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração da Monteiro Aranha S.A., membro do Conselho de Administração da Klabin S.A. e de Monteiro Aranha Participações S.A.

Foi diretor, COO e CEO da Organização Arnon de Mello; sócio-executivo do Astor Group no Brasil; sócio-fundador e diretor da Charles River Capital.

Formado em Relações Exteriores por Georgetown University, magna cum laude e possui MBA pela Harvard Business School.

Declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Declara ser pessoa politicamente exposta.

Exerceu nos últimos 5 anos cargo em empresa que integra o grupo econômico do emissor ou que é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

12.9 - Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar	Relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administrador do emissor		
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Filho
		Arnon Affonso de Farias Mello	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Irmão

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas do emissor	Cargo do parente em controladas diretas	Cargo do parente em controladas indiretas
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho (filho)	Diretora da Timbutuva Empreendimento Imobiliário S.A.	Não há
			Membro do Conselho de Administração da Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda.	
			Membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor:

Nome	Cargo eletivo do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e controladores diretos ou indiretos do Emissor
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello	Membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha S.A. (suplente)	Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho
	Diretora da Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda.	Old Rose Inc.
	Diretor da M.A. Investimentos Imobiliários Ltda.	Monteiro Aranha International Limited
	Diretor da Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A.	Monteiro Aranha Participações S.A.
	Diretor da Mapisa II Empreendimento Imobiliário S.A.	Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A.

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Controladoras diretas e indiretas do emissor
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho (filho)	Diretora da Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A.
			Diretora e membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha Participações S.A.
			Diretora da Old Rose Inc

12.10 - Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social;

b. controlador direto ou indireto do emissor;

c. Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação de subordinação e prestação de serviço	Relação de Controle - Controlada direta ou indireta	Relação de Controle - Controlador direto ou indireto
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Não há	Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda. (controlada direta)	Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A. (controlador direto)
			Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A. (controlada indireta)	Monteiro Aranha Participações S.A. (controlador direto)
			Mapisa II Empreendimento Imobiliário S.A. (controlada indireta)	
			M.A. Investimentos Imobiliários S.A. (controlada direta)	

12.5/6 - Composição e experiência profissional dos indicados ao Conselho de Administração

Nome	Data de nascimento	Profissão	CPF	Cargo eletivo a ocupar	Data prevista de eleição e posse	Prazo do mandato	Outros cargos exercidos no emissor	Foi indicado pelo controlador?	Mandatos consecutivos	Percentual de presença nas reuniões	Membro independente?
Octavio Francisco Monteiro de Carvalho Domit	18/11/1982	Administrador	321.680.848-31	Membro do Conselho de Administração (suplente)	27/04/2018	Até AGO de 2021	Não	Sim	2	85,71%	Não

Octavio Francisco Monteiro de Carvalho Domit - CPF nº 321.680.848-31

Membro suplente do Conselho de Administração da Monteiro Aranha S.A. e sócio fundador da G2D Serviços Tecnológicos S.A. e da PROSPERITY Investimentos – Gestora de Private Equity; trabalhou na corretora do Citigroup no Brasil na área de venda de ações e atuou como gestor de recursos do Smith Barney em Nova York.

Formado em Administração de Empresas pela Bentley College (Massachusetts, USA).

Declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Exerceu nos últimos 5 anos cargo em empresa que integra o grupo econômico do emissor ou que é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

12.9 - Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar	Relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administrador do emissor		
Octavio Francisco Monteiro de Carvalho Domit	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Ana Maria Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Filho

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas do emissor	Cargo do parente em controladas diretas	Cargo do parente em controladas indiretas
Octavio Francisco Monteiro de Carvalho Domit	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Não há	Não há	Não há

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor:

Nome	Cargo eletivo do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e controladores diretos ou indiretos do Emissor
Octavio Francisco Monteiro de Carvalho Domit	Membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha S.A. (suplente)	Ana Maria Monteiro de Carvalho Monteiro Aranha International Limited Monteiro Aranha Participações S.A. Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A.

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Controladoras diretas e indiretas do emissor
Octavio Francisco Monteiro de Carvalho Domit	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Não há	Não há

12.10 - Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social;

b. controlador direto ou indireto do emissor;

c. Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação de subordinação e prestação de serviço	Relação de Controle - Controlada direta ou indireta	Relação de Controle - Controlador direto ou indireto
Octavio Francisco Monteiro de Carvalho Domit	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Não há	Não há	Não há

12.5/6 - Composição e experiência profissional dos indicados ao Conselho de Administração

Nome	Data de nascimento	Profissão	CPF	Cargo eletivo a ocupar	Data prevista de eleição e posse	Prazo do mandato	Outros cargos exercidos no emissor	Foi indicado pelo controlador?	Mandatos consecutivos	percentual de presença nas reuniões	Membro independente?
Pedro Alberto Guimarães Filho	29/11/1966	Internacionalista	846.021.807-44	Membro do Conselho de Administração (suplente)	27/04/2018	Até AGO de 2021	Não	Sim	2	0	Não

Pedro Alberto Guimaraes Filho - CPF nº 846.021.807-44

Membro suplente do Conselho de Administração da Monteiro Aranha S.A.

Foi Assessor de Relações Internacionais no Gabinete da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Formado em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Metodista Bennett em 2007, com MBA em Relações Internacionais pela Fundação Getúlio Vargas.

Declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Não exerceu nos últimos 5 anos cargo em empresa que integra o grupo econômico do emissor ou que é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

12.9 - Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar	Relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administrador do emissor		
Pedro Alberto Guimarães Filho	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Sergio Francisco Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Irmão

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas do emissor	Cargo do parente em controladas diretas	Cargo do parente em controladas indiretas
Pedro Alberto Guimarães Filho	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Sergio Francisco Monteiro de Carvalho (irmão)	Diretor da Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	Diretor da Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A.
			Diretor da Timbutuva Empreendimento Imobiliário S.A.	Diretor da Mapisa II Empreendimento Imobiliário S.A.
			Diretor da Masa Mineração Ltda.	
			Diretor da Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda.	
			Diretor da Magisa - Gestão de Investimentos Imobiliários S.A.	
			Diretor da M.A. Investimentos Ltda.	

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor:

Nome	Cargo eletivo do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e controladores diretos ou indiretos do Emissor
Pedro Alberto Guimarães Filho	Membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha S.A. (suplente)	Sergio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães
		Antonio Luis Monteiro de Carvalho Guimarães
		Monteiro Aranha Participações S.A.
		Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A.

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Controladoras diretas e indiretas do emissor
Pedro Alberto Guimarães Filho	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Sergio Francisco Monteiro de Carvalho (irmão)	Diretor da Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A. Diretor e membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha Participações S.A.

12.10 - Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social;

b. controlador direto ou indireto do emissor;

c. Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação de subordinação e prestação de serviço	Relação de Controle - Controlada direta ou indireta	Relação de Controle - Controlador direto ou indireto
Pedro Alberto Guimarães Filho	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Não há	Não há	Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A. (controlador direto) Monteiro Aranha Participações S.A. (controlador direto)

12.5/6 - Composição e experiência profissional dos indicados ao Conselho de Administração

Nome	Data de nascimento	Profissão	CPF	Cargo eletivo a ocupar	Data prevista de eleição e posse	Prazo do mandato	Outros cargos exercidos no emissor	Foi indicado pelo controlador?	Mandatos consecutivos	Percentual de presença nas reuniões	Membro independente?
Pedro Alberto Campbell Alquéres	17/08/1972	Advogado	024.837.327-71	Membro do Conselho de Administração (suplente)	27/04/2018	Até AGO de 2021	Não	Sim	0	0	Sim

Pedro Alberto Campbell Alquéres – CPF nº 024.837.327-71

Advogado integrante da sociedade de advogados Ulhôa Canto, Rezende e Guerra - Advogados desde 1997. Vogal da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA. Membro do Conselho de Administração da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG e CEG Rio S.A. Presidente do STJD do Atletismo e Auditor do STJD do Voleibol.

Formado em Direito pela Universidade Santa Úrsula em 1996, especializado na área Societária, Mercado de Capitais e Tributário. Pós-Graduação em Finanças no IBMEC.

Declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado,

na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Não exerceu nos últimos 5 anos cargo em empresa que integra o grupo econômico do emissor ou que é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

12.9 - Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar	Relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administrador do emissor		
Pedro Alberto Campbell Alquéres	Membro do Conselho de Administração (Suplente)	José Luiz Alquéres	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Filho

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas do emissor	Cargo do parente em controladas diretas	Cargo do parente em controladas indiretas
Pedro Alberto Campbell Alquéres	Membro do Conselho de Administração (Suplente)	José Luiz Alquéres (pai)	Não há	Não há

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor:

Nome	Cargo eletivo do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e controladores diretos ou indiretos do Emissor
Pedro Alberto Campbell Alquéres	Membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha S.A. (suplente)	Não há

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Controladoras diretas e indiretas do emissor
Pedro Alberto Campbell Alquéres	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Não há	Não há

12.10 - Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas

em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; b. controlador direto ou indireto do emissor; c. Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação de subordinação e prestação de serviço	Relação de Controle - Controlada direta ou indireta	Relação de Controle - Controlador direto ou indireto
Pedro Alberto Campbell Alquéres	Não há	Não há	Não há	Não há

12.5/6 - Composição e experiência profissional dos indicados ao Conselho de Administração

Nome	Data de nascimento	Profissão	CPF	Cargo eletivo a ocupar	Data prevista de eleição e posse	Prazo do mandato	Outros cargos exercidos no emissor	Foi indicado pelo controlador?	Mandatos consecutivos	Percentual de presença nas reuniões	Membro independente?
Renata Emery Vivacqua	06/06/1973	Advogada	016.730.217-51	Membro do Conselho de Administração (suplente)	27/04/2018	Até AGO de 2021	Não	Sim	0	0	Não

Renata Emery Vivacqua – CPF nº 016.730.217-51

Sócia fundadora da Sociedade de Advogados Xavier, Duque Estrada, Emery, Denardi Advogados. Coordenadora da Comissão de estudos de Tributos do Instituto Brasileiro de Direito da Energia – IBDE e professora convidada do Curso de Especialização em Direito Tributário Internacional do Instituto Brasileiro de Direito Tributário –IBDT (Pós-Graduação *Lato sensu*) e professora do mestrado *lato sensu* de Gestão Tributária da Universidade Petrobrás coordenado pela IBMEC. Membro do Instituto Brasileiro de Energia – IBDE; membro da Associação Brasileira de Direito Financeiro – ABDF; Membro da International Fiscal Association – IFA; Instituto Brasileiro de Direito Tributário – IBDT. Palestrante frequente em congressos e seminários, nacionais e internacionais em Direito Tributário e autora de livros de temas diversos de Direito Tributário.

Formada em Direito pela Universidade Cândido Mendes (1997) e pós-graduada em ciências contábeis pela Fundação Getúlio Vargas (1999) e em Direito do Comércio Internacional (2005) pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ.

Declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Não exerceu nos últimos 5 anos cargo em empresa que integra o grupo econômico do emissor ou que é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

12.9 - Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar	Relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administrador do emissor		
Renata Emery Vivacqua	Membro do Conselho de Administração (Suplente)	Não há	Não há	Não há

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas do emissor	Cargo do parente em controladas diretas	Cargo do parente em controladas indiretas
Renata Emery Vivacqua	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Não há	Não há	Não há

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor:

Nome	Cargo eletivo do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e controladores diretos ou indiretos do Emissor
Renata Emery Vivacqua	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Não há

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Controladoras diretas e indiretas do emissor
Renata Emery Vivacqua	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Não há	Não há

12.10 - Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social;**
- b. controlador direto ou indireto do emissor;**
- c. Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:**

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação de subordinação e prestação de serviço	Relação de Controle - Controlada direta ou indireta	Relação de Controle - Controlador direto ou indireto
Renata Emery Vivacqua	Não há	Sim	Não há	Não há

12.5/6 - Composição e experiência profissional do conselho fiscal

Não há Conselho Fiscal.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse do cargo:

Nome	Data de nascimento	Profissão	CPF	Cargo eletivo ocupado	Data de eleição e posse	Prazo do mandato	Outros cargos exercidos no emissor	Foi eleito pelo controlador	Mandatos consecutivos	Percentual de presença nas reuniões
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	14/08/1957	Empresária	428.912.807-68	Membro do Comitê de Coordenação	25/05/2009	Indeterminado	Diretora e membro do Conselho de Administração	Sim	Prazo indeterminado	100%
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	07/04/1944	Empresário	007.260.887-20	Membro do Comitê de Coordenação	25/05/2009	Indeterminado	Diretor e membro do Conselho de administração	Sim	Prazo indeterminado	100%
Rui Manuel de Medeiros d'Espiney Patrício	17/08/1932	Advogado	656.812.078-20	Membro do Comitê de Coordenação	25/05/2009	Indeterminado	Membro do Conselho de Administração	Sim	Prazo indeterminado	100%
Olavo Egidio Monteiro de Carvalho	17/08/1932	Empresário	007.260.107-82	Membro do Comitê de Coordenação	25/05/2009	Indeterminado	Membro do Conselho de Administração	Sim	Prazo indeterminado	100%

v. Fixar a remuneração global anual dos administradores.

A Administração propõe a fixação da remuneração global dos administradores em R\$ 13.832.000,00 (treze milhões, oitocentos e trinta e dois mil reais).

ANEXO III - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES (Item 13 da Instrução CVM 480/2009)

13.1 - Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos

a) objetivos da política ou prática de remuneração

Apesar de a Companhia não possuir uma política de remuneração formalmente aprovada, as práticas de remuneração da Companhia têm por objetivo oferecer aos administradores da Companhia um pacote de remuneração competitivo que os recompense adequadamente, respeitando a legislação vigente.

b) composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração e Comitê de Coordenação Executiva

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Comitê de Coordenação Executiva, eleitos pelo Conselho de Administração, é composta por remuneração fixa, que inclui honorários e benefícios diretos e indiretos, incluindo assistência médica, plano de previdência privada, seguro de vida entre outros. O objetivo desses elementos de remuneração é recompensar os membros do Conselho de

Administração e do Comitê de Coordenação Executiva adequadamente, respeitando a legislação vigente.

Diretoria Estatutária

A remuneração dos membros da Diretoria Estatutária é composta por salário ou pró-labore, benefícios diretos e indiretos, incluindo assistência médica, plano de previdência privada, seguro de vida entre outros. O objetivo da remuneração é recompensar os membros da Diretoria Estatutária adequadamente, respeitando a legislação vigente.

Conselho Fiscal

A remuneração do Conselho Fiscal da Companhia, quando instalado, observará o previsto no § 3º do artigo 162 da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.), ou seja, será fixada pela Assembleia Geral que eleger seus membros, e será estabelecida, para cada membro em exercício, em valor equivalente a, no mínimo, 10% da remuneração média mensal de cada Diretor da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Nos últimos três exercícios sociais, o Conselho Fiscal não foi instalado.

ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

	2017	2016	2015
Conselho de Administração			
Honorários fixos:	54%	57%	63%
Benefícios:	<u>46%</u>	<u>43%</u>	<u>37%</u>
	100%	100%	100%
Diretoria Estatutária			
Honorários fixos:	76%	78%	83%
Benefícios:	<u>24%</u>	<u>22%</u>	<u>17%</u>
	100%	100%	100%

Os valores da remuneração total do Conselho de Administração incluem dados referentes aos membros do Comitê de Coordenação Executiva, uma vez que seus integrantes também são membros do Conselho de Administração.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A metodologia de cálculo e reajuste de todos os elementos que compõem a remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Comitê de Coordenação Executiva e da Diretoria Estatutária busca manter o poder aquisitivo dos honorários levando em consideração a inflação do período e é estabelecida anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, com base em proposta apresentada pela Administração da Companhia.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Comitê de Coordenação Executiva e da Diretoria Estatutária se justifica em razão das atividades

desenvolvidas pela Companhia, pelas responsabilidades por eles assumidas em razão de seus cargos, seu setor de atuação e busca assegurar um pacote de remuneração competitivo que os recompense adequadamente, respeitando a legislação vigente.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Em 2017, 3 membros do Conselho de Administração renunciaram ao direito de receber pró-labore.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Comitê de Coordenação Executiva e da Diretoria Estatutária não é baseada em indicadores formais de desempenho.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Comitê de Coordenação Executiva e da Diretoria Estatutária não é baseada em indicadores formais de desempenho.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A prática de remuneração implementada pela Companhia alinha seus interesses de curto, médio e longo prazo, pois é transparente, competitiva e equilibrada, ocasionando assim engajamento e a retenção de seus principais administradores e executivos, fatores imprescindíveis para o desenvolvimento da Companhia e de seus interesses no curto, médio e longo prazo.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Nos anos de 2017 e 2015, não houve remuneração de membros do Conselho de Administração, Comitê de Coordenação Executiva e da Diretoria Estatutária que tenha sido suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

No exercício social de 2016, houve remuneração a título de pró-labore (remuneração fixa) a membros da Diretoria Estatutária no valor de R\$ 21.120,00, suportada pela controlada Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de qualquer evento societário.

h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam; ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos; iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Os membros do Conselho de Administração participam no processo decisório que fixa a remuneração de seus membros e dos membros da Diretoria Estatutária. Os critérios e metodologia utilizados baseiam-se na manutenção do poder aquisitivo dos honorários, levando em consideração a inflação do período, não havendo a utilização de estudos das práticas de mercado. A avaliação da adequação dos honorários é feita anualmente pelo Conselho de Administração.

13.2 - Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Exercício Social de 2018 – Previsto (*)

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00		11,00
Nº de membros remunerados	7,00	4,00		11,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	400.000,00	6.800.000,00		7.200.000,00
Benefícios direto e indireto	440.000,00	1.470.000,00		1.910.000,00
Participações em comitês	1.160.000,00	0,00		1.160.000,00
Outros	312.000,00	1.360.000,00		1.672.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	INSS - ÔNUS DA COMPANHIA	INSS - ÔNUS DA COMPANHIA		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				

Pós-emprego	945.000,00	940.000,00		1.890.000,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	Dado que o exercício social de 2018 é o exercício corrente, os números acima foram inseridos com base na previsão da Companhia, e consideram o número total de membros e a remuneração anual prevista pela Companhia, conforme requisitado pelo Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2018.	Dado que o exercício social de 2018 é o exercício corrente, os números acima foram inseridos com base na previsão da Companhia, e consideram o número total de membros e a remuneração anual prevista pela Companhia, conforme requisitado pelo Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2018.		
Total da remuneração (**)	3.257.000,00	10.575.000,00		13.832.000,00

(*) Remuneração total prevista para o Exercício Social de 2018 - Valores anuais

(**) Na remuneração dos Administradores incide 20% de INSS sobre honorários, que é uma obrigação da Companhia.

Remuneração total do Exercício Social de 2017 (*)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	4,00		13,00
Nº de membros remunerados	6,00	4,00		10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	360.000,00	6.668.048,72		7.028.048,72
Benefícios direto e indireto	867.815,78	1.262.664,26		2.130.480,04
Participações em comitês	1.140.488,36	0,00		1.140.488,36
Outros	300.097,67	1.333.609,74		1.633.707,42
Descrição de outras remunerações fixas	INSS - ÔNUS DA COMPANHIA	INSS - ÔNUS DA COMPANHIA		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	479.932,80	816.146,88		1.296.079,68
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00

(incluindo opções)				
Observação	Não houve substituição no Conselho de Administração durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. O número de membros total foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular / CVM / SEP / N° 02/2018 e corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Não houve substituição na Diretoria Estatutária durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. O número de membros total foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular / CVM / SEP / N° 02/2018 e corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração (**)	3.148.334,61	10.080.469,60		13.228.804,21

(*) Remuneração total prevista para o Exercício Social de 2017 - Valores anuais

(**) Na remuneração dos Administradores incide 20% de INSS sobre honorários, que é uma obrigação da Companhia.

Remuneração total do Exercício Social de 2016 (*)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,67	4,00		13,67
Nº de membros remunerados	6,67	4,00		10,67
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	400.000,00	6.270.236,40		6.670.236,40
Benefícios direto e indireto	1.047.308,61	1.732.458,47		2.779.767,08
Participações em comitês	993.845,20	0,00		993.845,20
Outros	278.769,04	1.254.047,28		1.532.816,32
Descrição de outras remunerações fixas	INSS - ÔNUS DA COMPANHIA	INSS - ÔNUS DA COMPANHIA		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00

Observação	Houve redução de um membro do Conselho de Administração por falecimento durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. O número de membros total foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular / CVM / SEP / N° 02/2018 e corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Não houve substituição na Diretoria Estatutária durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. O número de membros total foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular / CVM / SEP / N° 02/2018 e corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração (**)	2.719.922,85	9.256.742,15		11.976.665,00

(*) Remuneração total prevista para o Exercício Social de 2016 - Valores anuais

(**) Na remuneração dos Administradores incide 20% de INSS sobre honorários, que é uma obrigação da Companhia.

Remuneração total do Exercício Social de 2015 (*)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	10,75	4,00		14,75
Nº de membros remunerados	8,00	4,00		12,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	485.000,00	5.690.940,00		6.175.940,00
Benefícios direto e indireto	755.511,94	1.247.638,14		2.003.150,08
Participações em comitês	779.794,00	0,00		779.794,00
Outros	252.958,80	1.138.188,00		1.391.146,80
Descrição de outras remunerações fixas	INSS - ÔNUS DA COMPANHIA	INSS - ÔNUS DA COMPANHIA		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	250.000,00		250.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	50.000,00		50.000,00
Descrição de outras remunerações variáveis		INSS - ÔNUS DA COMPANHIA		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	Houve renúncia de um membro do Conselho de Administração durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.	Houve a renúncia do Diretor Presidente e de Relação com Investidores, e a eleição de novo Diretor Presidente e de novo Diretor de Relação com		

	O número de membros total foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 02/2018, e corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Investidores durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. O número de membros total foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 02/2018, e corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração (**)	2.273.264,74	8.376.766,14		10.650.030,88

(*) Remuneração total prevista para o Exercício Social de 2015 - Valores anuais

(**) Na remuneração dos Administradores incide 20% de INSS sobre honorários, que é uma obrigação da Companhia.

13.3 - Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Não há remuneração variável prevista para o exercício social corrente para membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, e não ocorreu pagamento de remuneração variável aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, nos exercícios sociais encerrados em 31/12/2017 e 31/12/2016.

No exercício social encerrado em 31/12/2015, houve o pagamento de remuneração variável para um membro da Diretoria Estatutária no mês de janeiro, cuja metodologia foi aplicação do percentual de 1% sobre os proventos distribuídos. A partir do mês de fevereiro de 2015, tal benefício foi extinto. A tabela abaixo descreve a remuneração variável referente ao exercício social encerrado em 31/12/2015:

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2015

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N.º total de membros	10,75	4,00		14,75
N.º de membros remunerados	0	1		1
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	250.000,00		250.000,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	250.000,00		250.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	250.000,00		250.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	250.000,00		250.000,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0		0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0		0
Valor previsto no plano	0	0		0

de remuneração caso as metas fossem atingidas				
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0		0

13.4 - Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações no exercício social corrente e não havia plano de remuneração baseado em ações para o Conselho de Administração e para a Diretoria Estatutária da Companhia em vigor no último exercício social

13.5 - Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não houve remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos três últimos exercícios sociais, e não há remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente para o Conselho de Administração e para a Diretoria Estatutária da Companhia.

13.6 - Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não havia opções em aberto para o Conselho de Administração e para a Diretoria Estatutária ao final do último exercício social.

13.7 - Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Nos últimos três exercícios sociais, não foram exercidas opções e não houve entrega de ações relativas à remuneração baseada em ações para o Conselho de Administração e para a Diretoria Estatutária, tendo em vista que a Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações.

13.8 - Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Não aplicável, tendo em vista que (1) a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações; (2) não havia opções em aberto no final do último exercício social; e (3) não foram exercidas opções e nem houve entrega de ações relativas à remuneração baseada em ações nos últimos três exercícios sociais.

13.9 - Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Ações emitidas pela Monteiro Aranha S.A.						
	Participação Direta		Participação Indireta		Participação Total	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Conselho de Administração ¹	4.008.283	32,72%	2.029.723	16,57%	6.038.006	49,28%

¹ Inclui os valores mobiliários detidos por membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração que também exercem cargos na Diretoria Estatutária.

Não existem outras ações, cotas ou outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, detidos pelos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e/ou do Conselho Fiscal que não tenham sido reportados acima.

13.10 - Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

<u>Ano: 2017</u>	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número total de membros	9	4
Número de membros remunerados	1	4

Nome do plano	Bradesco FIC de Fundo de Investimento PGBL	Bradesco FIC de Fundo de Investimento PGBL
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	1	3
Condições para se aposentar antecipadamente	Não há	Não há
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 6.827.717	R\$ 11.649.591
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 479.933	R\$ 816.147
Se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Sim. É possível fazer o resgate proporcional, desde que o beneficiário possua 10 anos de contribuição	Sim. É possível fazer o resgate proporcional, desde que o beneficiário possua 10 anos de contribuição

13.11 - Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Nº de membros	4,00	4,00	4,00	9,00	9,67	10,75
Nº de membros remunerados	4,00	4,00	4,00	6,00	6,67	8,00
Valor da maior remuneração(Reais)	2.916.991,49	2.567.814,27	2.379.183,84	1.642.566,98	1.213.677,38	1.103.611,77
Valor da menor remuneração(Reais)	2.257.929,15	2.103.725,05	1.753.558,39	72.000,00	48.000,00	48.000,00
Valor médio da remuneração(Reais)	2.571.291,38	2.314.185,54	2.094.191,54	492.195,11	407.784,54	284.158,09

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração	
31/12/2017	Média realizada utilizando-se o número de membros remunerados
31/12/2016	Média realizada utilizando-se o número de membros remunerados
31/12/2015	Média realizada utilizando-se o número de membros remunerados

13.12 - Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores da Companhia em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria. Porém, é praxe da Companhia conceder uma bonificação quando do desligamento de um administrador de suas funções em razão de aposentadoria ou término do contrato de trabalho.

13.13 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

% Remuneração das Partes Relacionadas/Total das Remunerações

Exercício Social	Conselho de Administração	Diretoria	Total
2017	98%	100%	99%
2016	96%	100%	99%
2015	90%	95%	94%

A Companhia esclarece que não houve instalação do Conselho Fiscal nos últimos três exercícios sociais.

13.14 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não existem valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária, por qualquer razão que não a função que ocupam, em relação aos três últimos exercícios sociais.

A Companhia esclarece que não houve instalação do Conselho Fiscal nos últimos três exercícios sociais.

13.15 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

No exercício social de 2017, não houve remuneração de membros do Conselho de Administração, do Comitê de Coordenação Executiva e da Diretoria Estatutária reconhecida no resultado de controladas, sociedades sob controle comum e/ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

No exercício social de 2016, houve remuneração a título de pró-labore (remuneração fixa) a membros da Diretoria Estatutária no valor de R\$ 21.120,00, suportada pela controlada Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda.

Exercício social 2016 - remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total R\$
Controladores diretos e indiretos				0,00
Controladores do emissor		21.120,00		21.120,00
Sociedades sob controle comum				0,00

Exercício social 2016 - demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total R\$
Controladores diretos e indiretos				0,00
Controladores do emissor				0,00
Sociedades sob controle comum				0,00

No exercício social de 2015, não houve remuneração de membros do Conselho de Administração, do Comitê de Coordenação Executiva e da Diretoria Estatutária reconhecida no resultado de controladas, sociedades sob controle comum e/ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

A Companhia esclarece que não houve instalação do Conselho Fiscal nos últimos três exercícios sociais.

13.16 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.